TRIBUNA DO ADVOGADO
Órgão de divulgação da OABRJ
ANO LXV - JULHO/AGOSTO 2016 - Número 559

Combate ao caixa 2, nova campanha da OAB/RJ

Aplicativo permite denunciar irregularidades nas eleições. Seccional, TRE e MP formam parceria para acompanhamento

Serviços para os advogados

Recorte digital

Os advogados adimplentes do Rio de Janeiro contam com o serviço **Recorte digital** para receber gratuitamente, por e-mail, publicações de diários oficiais de todos os estados brasileiros escolhidos. Com o **Recorte digital escritório**, é possível ainda agrupar as suas publicações com as de colegas, parceiros ou sócios.

Assista a um vídeo sobre esse serviço diretamente do seu smartphone

Saiba mais em **www.oabrj.org.br**

Conte com a Ordem, sempre.

OABRJ

Combate ao caixa 2 é uma luta de todos nós

FELIPE SANTA CRUZ

A crise política que assola o país já há algum tempo não deixa dúvidas da urgência no redesenho de nosso modelo. O financiamento de campanhas eleitorais por empresas, recentemente proibido, gerou corrupção e distorções gravíssimas. E o desafio que se impõe, agora, é impedir que a mudança no sistema derive na disseminação ainda maior da prática do chamado caixa 2.

O único modelo de campanha que deve ser aceito pela sociedade brasileira é aquele que obedece à lei. E, se cabe aos tribunais eleitorais a fiscalização, e ao Ministério Público (MP) o acompanhamento dos pleitos, é fundamental que cada um de nós se some no esforço para impedir a quebra das regras.

Esta foi razão pela qual a OAB/RJ criou o Comitê de Combate ao Caixa 2. Presidido pelo ex-defensor público e hoje advogado Nilson Bruno, o órgão recolherá denúncias de possíveis abusos, para a posterior análise e, se procedentes, encaminhamento ao MP. As denúncias poderão ser feitas presencialmente – na Seccional e nas subseções – ou por intermédio do aplicativo *OAB caixa 2 (Comitês contra o caixa 2 nas campanhas eleitorais)* já disponibilizado para download gratuito nos sistemas operacionais Android e iOS. Agradecemos à OAB/MG pela cessão do aplicativo e esperamos a participação não só dos advogados, mas de toda a população nessa empreitada em defesa da democracia.

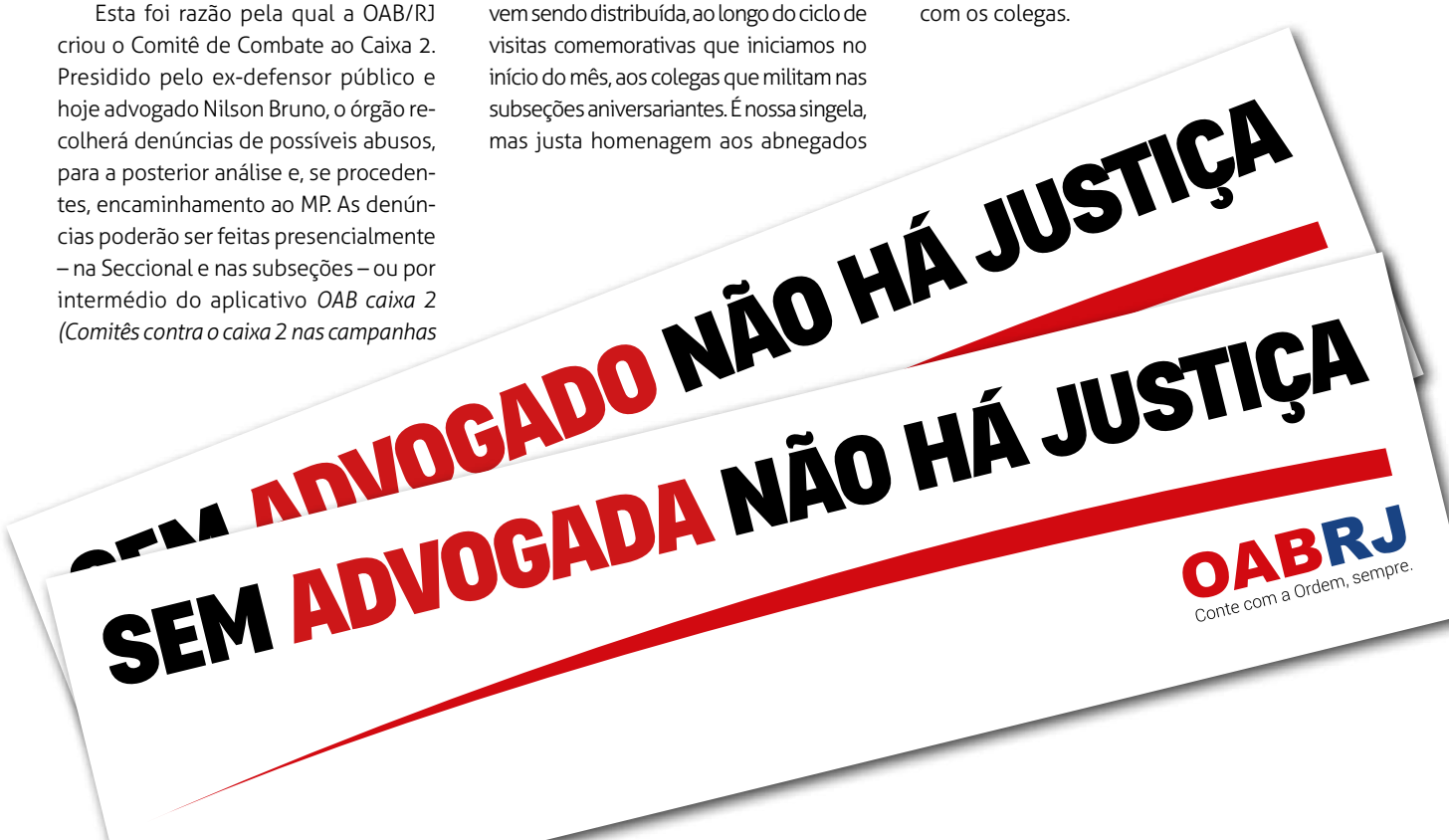
* * *

As 13 primeiras subseções da OAB/RJ completaram, no dia 5 de julho, seu cinquentenário. São elas: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Valença, São Gonçalo, Nova Friburgo, Miracema, Itaperuna, Campos e Teresópolis.

Para marcar a efeméride, produzimos uma revista especial que conta a história dessas unidades pioneiras no processo de interiorização da Ordem. A publicação vem sendo distribuída, ao longo do ciclo de visitas comemorativas que iniciamos no início do mês, aos colegas que militam nas subseções aniversariantes. É nossa singela, mas justa homenagem aos abnegados advogados que ajudaram a construir a credibilidade de que a OAB/RJ desfruta junto à classe e à sociedade.

* * *

Esta edição da TRIBUNA – bimestral, em virtude das Olimpíadas – traz, encartados, novos adesivos da campanha de valorização da advocacia. *Sem advogada não há justiça / Sem advogado não há justiça*, dizem as frases estampadas nas duas opções de decalque. A pedido dos colegas, desta vez produzimos adesivos que podem ser colados por dentro do vidro, o que garante maior proteção contra o desgaste causado pela chuva. É importante que espalhemos por todo o estado a frase-lema da campanha, para reforçar a relevância da mensagem que estamos passando à população. Conto com os colegas.



5º JEC - Copacabana

O 5º Juizado Especial Cível, em Copacabana, sempre prestou excelente serviço à população, com atenção, gentileza e rapidez no trâmite processual. Mas, de 2015 para cá, a Diretoria de Administração do Fórum vem sistematicamente retirando serventuários daquela serventia e o andamento que era impecável está muito ruim, não esquecendo que Copacabana é o bairro dos idosos. Então, imagine-se a demora que anda por lá".

César Cavaliere (OAB/RJ 99.058)

Série: Subseções – 50 anos

Ivana Nunes: Eu me sinto orgulhosa por fazer parte integrante dessa história, desde quando, em 1982, entrei para os quadros de funcionários desta entidade, lotada na 13ª Subseção, Teresópolis (meu xodó), e hoje na 52ª. E lá se foram 35 anos, ajudando a construir a história desta casa. Parabéns aos presidentes, diretores e todos nós funcionários!

Vídeo sobre os escritórios compartilhados da OAB/RJ

Rogério Araujo: O Escritório Compartilhado é show! Vale a pena conferir!

Há ainda o peticionamento eletrônico. que possui excelentes profissionais capacitados.

Nilcéa Vilela: Já precisei utilizar as instalações da Seccional Méier e me foi de grande valia. Até meu cliente elogiou a postura da OAB em reservar salas que ficam à disposição dos advogados.

Com pesar, OAB/RJ comunica o falecimento do advogado Manoel Martins

Claudia Grabois: Presente hoje e sempre!

PJe-JT ficará fora do ar no próximo fim de semana

Jacson Belarmino Mello: Já vive fora do ar há tempos.

Amanda Cunha: Ele está sempre em manutenção, aparentemente. Quem quer adiantar a vida no fim de semana não pode. Demorava bem mais, agora é quase semanal.

Vinícius Mota: Alguma novidade?

Evento em Barra Mansa encerra comemorações de 50 anos das subseções

Alessandra Santos: Parabéns a todos os envolvidos. Foi uma solenidade muito emocionante!

PJe-JT ficará fora do ar no próximo fim de semana Facebook

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA OAB/RJ

Diretor:
Felipe Santa Cruz

Superintendente de Comunicação:
Marcelo Moutinho
marcelo.moutinho@oabrj.org.br

TRIBUNA DO ADVOGADO
Fundada em 1971 por José Ribeiro de Castro Filho

Editora: Patrícia Nolasco (MTB 21.584)
patricia.nolasco@oabrj.org.br

Editor assistente: Eduardo Sarmento
eduardo.sarmento@oabrj.org.br

Projeto gráfico e diagramação: Victor Marques
victor.marques@oabrj.org.br

Impressão: Esdeva
Tiragem: 122.000 exemplares

Portal da OAB/RJ
www.oabrj.org.br

Editora: Amanda Lopes
amanda.lopes@oabrj.org.br

Redes sociais
www.facebook.com/oabrj
twitter.com/OABRJ_oficial

Editora: Marina Iris
marina.iris@oabrj.org.br

Reportagem:
Cássia Bittar
cassia.bittar@oabrj.org.br
Nádia Mendes
nadia.mendes@oabrj.org.br
Renata Loback
renata.loback@oabrj.org.br
Vitor Fraga
vitor.fraga@oabrj.org.br

Fotografia:
Bruno Marins e Lula Aparício

Design gráfico:
Flávia Marques e Raphael Carneiro

Assessoria de Imprensa

Franco Thomé
franco.thome@oabrj.org.br
Suzi Melo
suzi.melo@oabrj.org.br

Publicidade

Gestão de Negócios
Comunicação Integrada Ltda.
Enio Santiago
enio@gestaodenegocios.com.br
Paulo Santos
paulosantos@gestaodenegocios.com.br
Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Departamento de Jornalismo e Publicações
Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo
Rio de Janeiro - CEP: 20020-080
Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150
tribunadoadvogado@oabrj.org.br

Índice

Página **6** — **Entrevista** Sílvia Lopes Burmeister, presidente da Abrat

Página **8** — Seccional, TRE e MP formam parceria para receber denúncias de irregularidades nas eleições

Página **10** — **PRERROGATIVAS** OAB/RJ age contra práticas de mercantilização da advocacia

Página **14** — **ESPAÇO ABERTO** Carlos Roberto Siqueira Castro diz que proposta de alterar sistema de governo não deve ser fruto de pretextos ou ambições conjunturais

Página **16** — Propostas de vedar política em sala de aula provocam acusação de tentativa de amordaçar o trabalho docente

Página **21** — **ESA** Cursos na área cível, de arbitragem e CPC no Processo de Trabalho

Página **22** — **PontoContraPonto** Paulo Tafner e Fábio Zambitte manifestam posições divergentes sobre proposta de idade mínima para aposentadoria

Página **24** — Multidisciplinar e mais humano: o perfil do Direito moderno

Página **28** — **OPINIÃO** O advogado Alexandre Wigner faz críticas ao processo eletrônico, que considera excludente

Página **30** — **PANORAMA** Questões ambientais, enquadramento de albergues na lei, maternidade e abuso de drogas, entre outros temas dos eventos na Secional

Página **40** — **TRIBUNA LIVRE** A opinião dos colegas sobre recomendação aos juízes de dar prioridade a causas urgentes, como o pagamento de verbas rescisórias

Página **42** — **SUBSEÇÕES** A trajetória de Fabiano Paschoal, que começou como *office boy* na OAB/Macaé e hoje é seu presidente

Página **48** — **ESTANTE** Nos lançamentos, mediação de conflitos, ordem constitucional econômica e ações afirmativas. Maria Berenice Dias conta qual é o seu livro de cabeceira

Página **50** — **Cultura** Coleções do MAM e mostra de imagens intimistas de grandes atletas. Na *Dica*, dois romances da nova geração de escritores

Página **54** — **Vida Privada** Viajar é o *hobby* de Silvana do Monte Moreira, fã das séries *Star Trek*

Sílvia Lopes Burmeister - Presidente da Abrat

‘Justiça do Trabalho sofreu corte por causa de sua efetividade e celeridade’

A presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Sílvia Lopes Burmeister, é taxativa ao repudiar os pesados cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho, que puseram sob risco o funcionamento dos tribunais e o recebimento de direitos pelos trabalhadores demitidos no país. Para ela, não há dúvida, os cortes se deram em razão, justamente, da “efetividade e celeridade” dessa área do Judiciário. O assunto, entre outros, será tema de debate na 38ª edição do Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas, que se realizará em setembro em Gramado, no Rio Grande do Sul.

PATRÍCIA NOLASCO

Os profundos cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho – 30% sobre o custeio e 90 % em investimento –, suavizados por créditos extraordinários que permitirão sua sobrevida até dezembro, põem em situação ainda mais difícil os trabalhadores que, neste momento de crise e demissões, precisam receber direitos. Como estão atuando as entidades que os defendem?

Silvia Burmeister – Não resta dúvida de que, neste momento de crise, com um grande número de demissões e falta de pagamento de direitos trabalhistas, tendo os trabalhadores de recorrerem à Justiça do Trabalho, encontrá-la combalida e desestruturada por falta de recursos mínimos é algo que tem recebido repúdio e luta da classe dos advogados trabalhistas.

A Abrat, assim como as associações trabalhistas de 26 estados do país, vem promovendo atos públicos para denunciar o corte discriminatório sofrido pela Justiça do Trabalho. Recentemente realizamos, juntamente com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) e o Conselho Federal da OAB, ato nacional em defesa da Justiça do Trabalho.

Também participamos, como *amicus curiae*, da ADI (5468) interposta pela Anamatra junto ao Supremo Tribunal Federal.

A chamada medida provisória (MP) da JT, que alcança valores extraordinários, serve como uma sobrevida para aqueles tribunais que possuem convênios com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, visto que os valores liberados são decorrentes desta rubrica. Vários pequenos tribunais não receberam nenhum valor ou receberam valores ínfimos frente aos seus orçamentos.

A Justiça do Trabalho sofreu o corte por causa de sua efetividade e celeridade, não temos dúvida, e tal conclusão está no fundamento do deputado Ricardo Barros, relator da Lei do Orçamento. Não podemos esquecer que a Justiça do Trabalho é a que mais recolhe aos cofres da União, considerando os recolhimentos legais ao INSS e à Receita Federal que ocorrem a cada processo.

Em setembro, a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas terá oportunidade de debater, em seu congresso nacional, uma série de propostas legislativas que implicam mudanças nas relações do trabalho. Uma delas, a expansão da terceirização das atividades, sob forte oposição das entidades sindicais. O que a senhora pensa a respeito?

Silvia – A tercerização é um instituto que vem sendo debatido pela advocacia trabalhista na Abrat há muito tempo, vários foram os congressos em que aprovamos notas e moções de repúdio a esta forma nefasta de precarização da mão de obra trabalhadora.

Foto: Eugenio Novaes

Em nossos eventos de Direito Sindical, chamamos a atenção para o fato de que a terceirização rebaixa salários na medida em que, além da remuneração direta ao trabalhador, terá que cobrir os encargos sociais e o lucro do atravessador. Mais séria ainda é a questão dos acidentes de trabalho, uma vez que a empresa terceirizada não investe em mudanças estruturais no tomador da mão de obra para resguardar a segurança do trabalho. Grave também é a quebra do conceito de categoria de trabalhadores já que, sabemos, ela é definida pela atividade econômica do empregador. Como faremos para classificar um metalúrgico terceirizado se o empregador é o atravessador?

Outros projetos de lei, como o PL 8294/2014, preveem a prevalência do negociado sobre o legislado, isto é, abrem caminho para os acordos extrajudiciais de trabalho. Para as empresas, isso atrairia investimentos internacionais e garantiria maior segurança jurídica. Para muitos que se opõem, trata-se de uma brecha para retirada de direitos. Qual é a sua opinião?

Sílvia – Inicialmente, ressalto que há na legislação atual a possibilidade de prevalecer o negociado sobre o legislado desde que os direitos dos trabalhadores sejam ampliados em relação à lei, ou seja, quando há evidente melhoria nas condições de trabalho.

Os projetos (são quatro) que tratam da mesma matéria hoje se encontram apensados para exame do Legislativo. De forma comum, buscam a flexibilização das garantias de lei, garantias estas que são mínimas, fundamentais. O Brasil possui em relação à classe trabalhadora uma das menores rendas per capita, não há investimentos em tecnologia para baixar o custo do produto, e sim o rebaixamento do salário e dos poucos benefícios adquiridos pelos trabalhadores através de sua luta junto a sindicatos e confederações.

Hoje, a organização sindical não tem garantias legais para ser um efetivo instrumento de pressão no sentido de avançar nas negociações com os empregadores, e a Lei de Greve inibe a paridade na negociação. Os sindicatos encontram-se desgastados e desmobilizados face à interferência excessiva do governo e do Poder Judiciário, bem como do Ministério Público do Trabalho, que reiteradamente vêm retirando dos sindicatos a autonomia de atuação junto aos representados.

Na avaliação dos advogados trabalhistas, o que precisa ser modernizado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aos seus 73 anos, e em relação ao novo Código de Processo Civil?

Sílvia – A CLT vem sendo atualizada desde sua edição, em 1943, Já sofreu mais de 497 modificações desde então, além das 67 disposições constitucionais de 1988 que se somaram. Portanto, ela não parou no tempo, vem se adequando à realidade das relações laborais. Vários foram os projetos de lei que, sob o discurso da "necessária revisão da CLT ", na verdade buscavam a redução de direitos.

A nossa CLT é um dos instrumentos jurídicos mais avançados, tanto que vários de seus institutos subsidiaram o recente Código Civil. Não sendo diferente com o novo CPC, cujo princípio é a primazia da solução do conflito como forma de resolver a disputa social. Hoje, no código, há uma expressa vocação para a conciliação dos conflitos, o que a CLT prevê desde a sua edição.

Um dos temas a serem discutidos pela advocacia trabalhista no congresso da Abrat é a discriminação por gênero e raça. Este é um problema grave no meio jurídico?

Sílvia – É um tema recorrente nos eventos jurídicos trabalhistas, tendo em vista que ainda há no mundo do trabalho e nas relações de trabalho discriminação racial e de gênero. A mulher recebe salário menor que o homem trabalhador, assim como é muitas vezes preterida quando das promoções. Em relação à questão racial, ainda é muito presente, embora velada. Não vimos os negros ou mulatos, maioria em nosso país, em cargos de chefia e direção de empresas. Hoje também destacamos a discriminação xenofóbica em relação aos trabalhadores imigrantes de outros países, especialmente, negros e muçulmanos.

Combate ao caixa 2 e aplicativo para denúncias, nova campanha da OAB/RJ

RENATA LOBACK

Fotos: Bruno Marins

Felipe: "Ordem não pode fugir à sua responsabilidade"

Concentrar denúncias, filtrar e fiscalizar possíveis irregularidades nas próximas eleições são as metas da campanha *Combate ao caixa 2*, lançada no dia 14 de julho pela OAB/RJ. "Autora da ação que defendeu o fim do financiamento empresarial a campanhas, a Ordem não pode fugir da sua responsabilidade na implantação desse mecanismo eleitoral novo", defendeu o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, na ocasião.

O Comitê de Combate ao Caixa 2, como foi denominado o órgão da Seccional criado para o acompanhamento eleitoral no estado, será presidido pelo advogado e ex-defensor-geral do Rio de Janeiro Nilson Bruno. Além de aceitar denúncias de forma presencial, que podem ser feitas também nas subseções, o comitê trabalhará com o auxílio do aplicativo (disponível para Android e iOS) *OAB caixa 2*. Por este instrumento é possível que cada cidadão, e não somente os advogados, sejam fiscais das campanhas em seus municípios e relatem qualquer tipo de irregularidade, como propaganda fora das normas legais, captação ilegal, gasto impróprio ou excessivo de recursos. Caberá ao comitê analisar cada denúncia, arquivá-la, quando julgar improcedente, ou encaminhá-la ao Ministério Público. A iniciativa é uma parceria da Ordem com o Tribunal Regional Eleitoral.

Para Felipe, usar a credibilidade e a capilaridade da OAB/RJ neste processo será um grande passo para a garantia de eleições limpas. "Estamos numa fase histórica de redesenhar nosso modelo político. Uma discussão que está na pauta da sociedade. O financiamento de empresas nas campanhas gerou não só a corrupção, mas distorções graves no sistema eleitoral. Não tivemos uma reforma política. Temos um sistema antigo que comportará um modelo novo de financiamento. É óbvio que a Ordem não pode ultrapassar sua atuação. Existem o Ministério Público e o Tribunal Regional Eleitoral, instituições envolvidas de forma séria nesse enfrentamento. Mas não podemos fugir do nosso papel. Temos que estar atentos para que este seja um momento de avanço e não de retrocesso", salientou o presidente.

Segundo ele, há uma grande preocupação em boa parte da população de que o novo tipo de financiamento facilite a propagação do caixa 2 e o investimento de narcotraficantes. "A política não é um espaço vazio. É da natureza do poder se organizar em novas formatações. Mas só aceitamos um único modelo de campanha: o obediente às regras, às leis, à fiscalização do tribunal e ao acompanhamento do Ministério Público", disse.

Vice-presidente da Subseção de Montes Claros, em Minas Gerais, e idealizador do aplicativo, Hebert Alcântara explicou que toda denúncia pode, também, ser feita de forma anônima. "O aplicativo será a ponte entre o cidadão e a OAB. A Ordem, quando se predispôs a ser um comitê de recebimento de denúncias, transformou todas as suas subseções em lugares físicos para a queixa de ilegalidades eleitorais. Para facilitar o contato e evitar deslocamentos, surgiu o aplicativo. As informações chegarão ao comitê eleitoral responsável e este irá analisar minuciosamente se as denúncias procedem. O cidadão recebe um informativo sobre o andamento da sua denúncia", salientou.

Hebert ressaltoupor outro lado, que toda denúncia sem procedência legal pode gerar repercussões criminais: "Queremos uma participação efetiva, consciente e legal e não um ringue eleitoral infundado".

Presidente do comitê, Nilson Bruno afirmou que o trabalho do grupo não será solitário. "Contamos com cada advogado como fiscal nesta empreitada. "Vivemos um momento delicado na nossa sociedade. Se conseguirmos combater o caixa 2 teremos grandes chances de passar por eleições limpas, claras e que reflitam a vontade da população", ponderou.

A Comissão de Direito Eleitoral da

OAB/RJ, presidida por Eduardo Damian, coordenará o trabalho de esclarecimento das novas regras. "Teremos um canal aberto com o comitê, auxiliando em dúvidas que possam surgir. O aplicativo será muito útil para filtrar as denúncias. Esperamos uma grande participação de colegas e da população. Temos uma quantidade enorme de advogados no estado e uma sociedade que confia na credibilidade desta casa", pontuou Damian.

O presidente do TRE, desembargador Antônio Jayme Boente, e o subprocurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Ertulei Laureano Matos, salientaram a participação da OAB como fundamental para a garantia de eleições limpas.

Para Boente, ter a Seccional como um dos seus instrumentos de fiscalização ajuda a manter a transparência do tribunal. Laureano Matos destacou a ramificação da Ordem como um ponto de destaque neste auxílio. "Para cada promotor, temos dez advogados. E são dez profissionais que conhecem as agruras de cada personagem da população local. Qualquer pessoa do Ministério Público que venha supor que um advogado é um inimigo não conhece nada do Direito, não respeita a liberdade e nem as garantias de quem quer que seja. A OAB é proativa e é muito bom contar com este trabalho para garantir eleições limpas e democráticas, como devem ser", assinalou.

Nílson Bruno

Foto: Bruno Marins

Também participaram da mesa de lançamento da campanha o juiz eleitoral Marcelo Rubioli e o tesoureiro da OAB/RJ e presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ, Luciano Bandeira.

O *combate ao caixa 2* é uma campanha da OAB Nacional que está sendo replicada nas seccionais. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Maranhão são os estados já habilitados para o uso do aplicativo.

Em setembro, *Recorte digital* pelo celular

Lançado no início de junho, o aplicativo da OAB/RJ para celulares e tablets teve, em pouco mais de um mês e meio, cerca de 15 mil downloads. Previsto para ser implantado em três fases, o programa terá nova atualização em setembro.

Até julho, apenas a consulta aos convênios firmados pela Seccional estava disponível. A partir de setembro, os advogados terão acesso, também, ao *Recorte digital*. Com isso, poderão visualizar pelo celular as publicações de seu interesse nos diários oficiais dos estados escolhidos. Para ter direito ao *Recorte digital* é preciso estar com a inscrição ativa e com todos os débitos relacionados à Seccional quitados.

"A parte de serviços já é a área mais utilizada no Portal da OAB/RJ. Com a possibilidade de usar o celular para acessar essas funcionalidades, os colegas conseguirão otimizar o tempo e ganhar em eficiência", afirma o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz.

Prevista para acontecer até o fim do ano, a terceira fase de implantação do aplicativo tornará possível solicitar certidões, pagar a anuidade e tratar dos trâmites referentes à certificação digital.

Alunos de Direito que forem mesários ganharão horas complementares

Os estudantes de Direito que trabalharem como mesários nas eleições poderão obter até 80 horas de atividades complementares (HAC). A medida foi definida no dia 14 de julho, com a assinatura de um convênio entre a OAB/RJ e o Tribunal Regional Eleitoral.

O presidente da OAB/RJ destacou o perfil parceiro da Seccional: "Estamos à disposição para esse e outros pleitos. Este é um convênio que vem auxiliar o TRE num momento delicado, de realização de eleições em meio a uma crise econômica e a eventos de grandes proporções na cidade do Rio de Janeiro. Esta casa tem o perfil de ser uma entidade atenta às necessidades sociais e parceira sempre que possível", disse Felipe.

A interligação das entidades e a mudança de perfil do TRE foram comentadas pelo presidente da corte, desembargador Antônio Jayme Boente. Segundo ele, o TRE está numa fase de aproximação dos parceiros natos, caso da OAB. "É também num período de dificuldades que novas ideias começam a surgir. Essas eleições ficarão para a história como uma das mais difíceis de elaborar, mas também marcarão o início de boas parcerias. A participação dos estudantes como mesários será fundamental. Como contrapartida, conseguimos oferecer a eles as horas complementares, instrumento importante para a conclusão do curso de Direito", destacou.

Os estudantes que forem convocados como mesários serão treinados pela Justiça Eleitoral e receberão, no dia da eleição, um comprovante de comparecimento. Cada comprovante, do 1º turno e do 2º turno, caso haja, equivale a 40 HACs. O mesário também tem direito a dispensa do serviço pelo dobro de dias de convocação.

Para se cadastrar, basta entrar no site do TRE (http://www.tre-rj.jus.br/mesario_voluntario/).

OAB/RJ atua para combater mercantilização da advocacia

Foto: Bruno Marins

A Justiça Federal do Rio de Janeiro deferiu, em 28 de junho, o pedido de tutela antecipada movido pela OAB/RJ contra a Associação Nacional da Seguridade e Previdência (Cenaat). A entidade está proibida de praticar qualquer ato de anúncio, publicidade ou divulgação de oferta de serviços jurídicos consistentes na angariação ou captação de clientela, sob pena de multa de R$ 5 mil para cada descumprimento à determinação judicial.

A proposição foi apresentada pela Procuradoria-Geral da Seccional, responsável por combater a mercantilização da advocacia. Para a OAB/RJ, o órgão viola, na divulgação de seus serviços, normas contidas na Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

A ação aponta a utilização de mala direta para divulgação de serviços, uma forma incompatível com o Estatuto e o Código de Ética da OAB: "Por divulgarem expressamente e especificamente os tipos de serviços que são prestados, conclui-se que as informações não têm a finalidade informativa, e sim o objetivo de mercantilizar o exercício da advocacia", afirmou a procuradora Patrícia de Azevedo.

"A prestação de serviços advocatícios não deve possuir nenhum traço mercantilista, nem tampouco se assemelhar a tais atividades. Vale ressaltar que a OAB/RJ não pretende vedar aos advogados autônomos ou sociedades de advogados regularmente inscritas o anúncio de seus serviços profissionais, mas, sim, zelar para que a publicidade se dê de forma moderada. O Código de Ética e Disciplina da OAB é taxativo ao informar que os anúncios devem ser feitos com discrição e moderação para finalidade exclusivamente informativa", explicou.

Segundo ela, a prática da mercantilização é caracterizada pela divulgação, ao público em geral, por parte de determinadas sociedades, de proposta de prestação de serviços de forma agressiva, "o que dificulta ou impede o exercício da profissão àqueles regularmente inscritos, além de implicar vários danos à imagem da advocacia e ao público em geral".

A decisão também abrangia a Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador (Anacont), mas outra, posterior, suspendeu a liminar. A sentença não é definitiva e a procuradoria está recorrendo.

A Seccional identificou que o site da Anacont é utilizado para divulgar seus serviços jurídicos em forma de propaganda. "Oferecem assessoria jurídica de forma incompatível com o Código de Ética da OAB, convocando potenciais clientes a procurarem a associação, induzindo o usuário do site a mover um processo judicial com a promessa de resultados positivos", expressa uma das ações.

No ofício encaminhado à Justiça Federal, o procurador-geral da OAB/RJ, Fábio Nogueira, o subprocurador-geral, Thiago Morani, e a procuradora Patrícia Maria de Azevedo ressaltam que a conduta abusiva da Anacont é antiga. A Ordem já havia instaurado dois processos ético-disciplinares para que fossem apuradas as ações da presidência da associação, porém, os processos, datados de 2004 e 2009, diziam respeito a atos praticados à época de suas instaurações. "O que se demonstrou, pela documentação que a Seccional reuniu, é que a prática da conduta ilícita é recorrente até hoje", afirmou a procuradora.

TRT mantém sistema e-DOC, atendendo pleito da Ordem

A OAB/RJ reitera aos advogados militantes na Justiça Trabalhista que o sistema e-DOC foi mantido em funcionamento pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-1), após requerimento do presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz. Devido ao corte de orçamento na Justiça do Trabalho, o tribunal havia decidido suspender temporariamente o serviço, já que a impressão das peças encaminhadas através do sistema cabe à corte.

O sistema e-DOC permite a partes, advogados e peritos utilizarem a internet para a prática de atos processuais dependentes de petição escrita, no caso dos processos físicos. A transmissão destes por meio eletrônico está mantida, mas, desde 5 de maio, a impressão da petição não cabe mais ao tribunal.

Segundo o Ato 52/2016, publicado em 25 de abril, "partes, advogados e peritos deverão enviar petição por meio físico, no prazo de cinco dias corridos, contados do término do prazo processual, e nos atos que não obedeçam a prazos, após o interregno de cinco dias corridos, contados do envio da petição eletrônica, sob pena de preclusão, na forma da lei processual em vigor".

A pedido da Seccional, TJ dispensa boleto para atendimento no balcão

Atendendo solicitação conjunta do presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, e do diretor do Departamento de Apoio às Subseções, Carlos André Pedrazzi, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ) dispensou a obrigatoriedade de apresentação de boleto emitido nos terminais de autoatendimento ou pela internet para que os colegas sejam atendidos e vejam seus processos nos balcões das serventias em todo o estado. A decisão foi publicada em um Aviso Conjunto da Corregedoria e da Presidência no Diário Oficial e está valendo desde o início de junho.

Segundo Luciano, os terminais apresentam problemas constantes, e em muitos lugares não funcionam mais. A exigência, portanto, dificultava o atendimento. "Além disso, essa utilização excessiva de papel não faz sentido no contexto do processo judicial eletrônico e no mundo digital. Com a mudança, os advogados poderão ser atendidos e terão acesso a seus autos nos cartórios", afirma.

Fotos: Bruno Marins

Luciano Bandeira

Prioridade para gestantes e lactantes nas sustentações orais no TRT

Felipe Santa Cruz

Para garantir a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, e defendendo o livre exercício da profissão, a Procuradoria-Geral da OAB/RJ encaminhou ofício aos tribunais do Rio de Janeiro solicitando a alteração de seus regimentos internos a fim de que fosse assegurada a prioridade a gestantes e lactantes nas sustentações orais. No início de junho, o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1)aprovou a proposição da Ordem.

Em março, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região já havia, também, alterado seu regimento interno neste sentido para atender ao pleito da Seccional. Já o Tribunal Regional Eleitoral afirmou que dará a prioridade mediante pedido. Até agora, apenas o Tribunal de Justiça (TJ) não se pronunciou.

Segundo o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, são muitas as reclamações de colegas grávidas que esperam horas por uma audiência, sem a alimentação e o conforto adequados.

Ele afirma que o pleito vem ao encontro do foco da gestão nas prerrogativas: "O Conselho Federal instituiu 2016 como o Ano da Mulher Advogada, que foi abraçado pela OAB/RJ. O fortalecimento dos direitos e prerrogativas dessas profissionais, estudando demandas específicas do gênero, é fundamental".

Comissão de Prerrogativas vai a Santa Cruz e Pavuna apurar problemas nos JECs

NÁDIA MENDES

Estrutura precária, juízes que não recebem advogados e demora na expedição de mandados de pagamento são os principais problemas enfrentados pelos colegas que militam nos Juizados Especiais Cíveis (JECs) de Santa Cruz e da Pavuna. A coordenadora dos JECs da Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ, Alessandra Santos, e o procurador Ramon Teixeira visitaram as duas unidades nos dias 21 e 22 de junho e conversaram com os advogados sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho. A ideia da comissão é mapear todos os JECs do estado e cobrar melhorias ao Tribunal de Justiça (TJ) .

A comarca de Santa Cruz tem dois JECs. Sobre o primeiro, houve poucas reclamações. O segundo, em compensação, acumula problemas. Advogados e partes não têm um local adequado para esperar as audiências, são poucas cadeiras e bancos e a espera, muitas vezes, acontece sob sol forte ou chuva.

"Geralmente ficam mais de 50 pessoas esperando ao sol, não tem estrutura nenhuma. Um banheiro unissex foi improvisado na sala de audiências, uma espécie de 'puxadinho', porque nem banheiro tinha", conta o presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/Santa Cruz, Manoel Agostinho.

Falta de estrutura no II JEC de Santa Cruz

Arquivo no JEC da Pavuna

Fotos: Lula Aparício

Além dos problemas estruturais do juizado, os colegas relataram a grande dificuldade de acesso à juíza titular do II JEC, Tatiana Schettino. Em reunião com os representantes da comissão, a magistrada assumiu o compromisso de receber os profissionais. "Estou à disposição dos advogados e reiterarei com a minha equipe que não há orientação para barrar ninguém. Minha intenção é estabelecer uma boa convivência", prometeu Tatiana, que afirmou estar ciente dos problemas estruturais e já ter pleitado providências ao TJ. Um ofício da OAB/RJ corroborando o pedido feito pela magistrada será levado ao tribunal.

O presidente da Subseção de Santa Cruz, Paulo dos Santos Freitas, também presente, agradeceu a iniciativa de mapear os JECs. "Os colegas sempre reclamaram muito da juíza e, a partir de hoje, teremos um diálogo aberto, graças a essa visita e à iniciativa do presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira".

Na Pavuna, mandados demoram até dois meses

Em 2013, o JEC da Pavuna recebeu todo o acervo do JEC de Guadalupe, que foi extinto, e os reflexos dessa mudança são sentidos pela advocacia até hoje. Entre processos físicos e eletrônicos, a serventia tem um acervo de mais de 12 mil processos. Segundo o presidente da subseção local, Antônio Faria, apesar disso o cartório registra um bom andamento. O problema é em relação à expedição de mandados de pagamentos.

Os advogados ouvidos pela equipe da Comissão de Prerrogativas confirmam o que foi dito por Faria. Na serventia, os mandados de pagamento só são liberados depois da quitação total. Alguns colegas relataram uma demora de mais de dois meses para a assinatura, além de problemas na digitação que inviabilizaram o recebimento. "Os mandados de pagamento são de natureza alimentar, os advogados não podem ficar esperando tanto tempo", afirma Alessandra Santos.

Para Faria, a criação de um segundo juizado ou um juiz auxiliar poderiam ser uma solução para esse problema. "Precisamos de juízes que tenham atenção às causas dos advogados", afirmou, lembrando de outra questão muito repetida pelos colegas ouvidos na Pavuna: a reclamação de que a juíza titular Veleda Saldanha não costuma despachar com os advogados. A comissão irá enviar um ofício para a magistrada com as demandas apresentadas, para que ela possa responder. Caso a resposta não seja satisfatória, o caso será encaminhado à Corregedoria do TJ.

O seu escritório está protegido contra **reclamações?**

Conheça e contrate o Seguro de RC Profissional para Advogados.

KAMPAR
SOLUÇÕES EM SEGUROS

O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional protege advogados contra reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes.

Nossa vasta experiência no mercado de Responsabilidade Civil Profissional para Advogados nos permite oferecer um produto customizado, com amplas coberturas que proporcionam a tranquilidade necessária para a execução de serviços.

a partir de 10x R$ 300,00*

*Para cobertura de R$ 500 mil e faturamento anual de até R$ 4 milhões.

O que cobre a apólice?

- Responsabilidade por ato, erro ou omissão profissional;
- Responsabilidade solidária por atos danosos de subcontratados;
- Custos de defesa (esferas administrativa, judiciais e criminais, incluindo custas judiciais e periciais);
- Danos morais, materiais e corporais;
- Difamação, calúnia e injúria;
- Perda, roubo ou furto de documentos de Terceiros em posse do Segurado;
- Âmbito de cobertura: Mundial.

Saiba Mais:

e-mail: rcp@kamparseguros.com.br | **Tel:** (21) 2141-0770
www.kamparseguros.com.br

O parlamentarismo e a Constituição

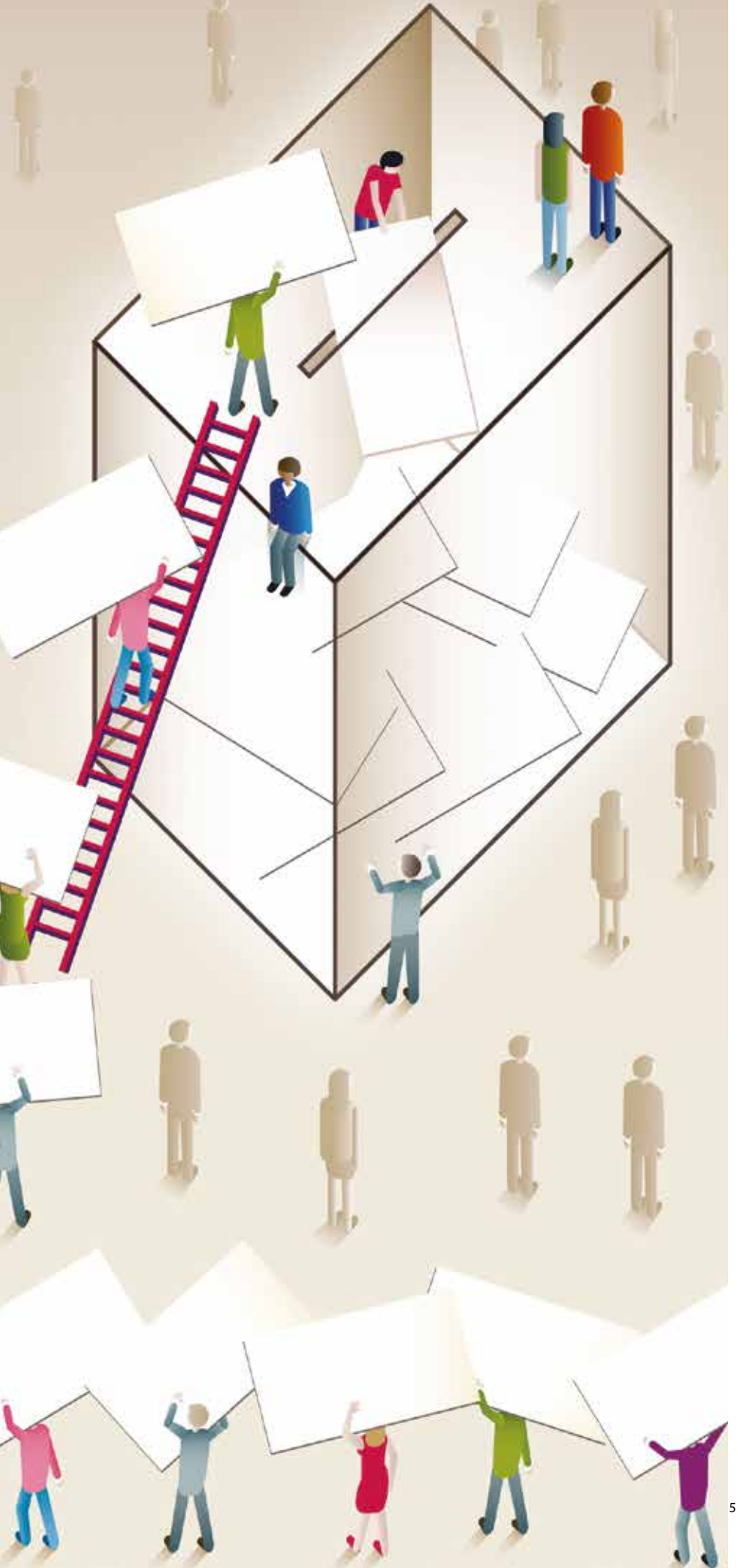
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO*

A crise política faz aflorar propostas de mudanças institucionais, não raro sem a devida atenção aos cânones constitucionais. Assim é com relação à implantação de um "semipresidencialismo" no Brasil, sugerida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Não se cuida, aqui, de idolatrar ou de satanizar os dois protótipos de sistema de governo, seja o parlamentarista, seja o presidencialista. Tanto um quanto o outro já provaram, ora bem e ora mal, a depender da sedimentação histórica e da cultura política das nações em que operam, eis que inexiste universalismo axiológico nessa matéria. O parlamentarismo na África do Sul pré-Nelson Mandela, até 1996, forjou o monstruoso apartheid racial. Já nas monarquias constitucionais, como na Inglaterra, Suécia e Dinamarca, provou bem. A sua vez, no período das ditaduras militares do Cone Sul, o presidencialismo encampou o regime do arbítrio e de violação dos direitos humanos. Já nos Estados Unidos e em outras repúblicas democráticas, teve êxito.

No Brasil vige forte tradição presidencialista desde o início da era republicana, com a Constituição de 1891. As tentativas de adoção do parlamentarismo foram inclusive rechaçadas por consultas plebiscitárias e até mesmo consideradas golpistas, como bem pontuado por Elio Gaspari em artigo recente. Assim foi com a emenda nº 4, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, imposta por forças reacionárias para coarctar a investidura do vice-presidente eleito diretamente, João Goulart, o que já era um prenúncio do golpe de 1964. Mas, no plebiscito de 1962, o povo brasileiro optou amplamente pelo presidencialismo, restaurando as competências plenas do presidente da República mediante a Emenda nº 6, de 1963. Trinta anos após, em 1993, por força do art. 2º do ADCT à Constituição democrática de 1988, novamente a cidadania descartou o parlamentarismo, optando, por larga maioria do eleitorado, pela preservação da República e do sistema presidencial.

Agora, diante da aguda crise moral e política, cogita-se da adoção de um "semipresidencialismo" à feição francesa. Segundo esse modelo da 5ª República concebido em 1958 pelo general De Gaulle e por Michel Debré, buscava-se pôr fim à hegemonia das assembleias e corrigir as deformações da 4ª República, de 1946, em que o abuso parlamentar inviabilizava as ações do Executivo. Assim, a Constituição da França proclama que o presidente da República é eleito pelo povo e indica o primeiro-ministro (arts. 7º e 8º), que a sua vez dirige as ações de governo e conduz a política da nação (arts. 20 e 21). Notadamente, delineou-se a separação entre o domínio das leis e o domínio do regulamento executivo, ampliando-se a esfera do poder regulamentar para viabilizar a atuação das instituições governativas (art. 37). Já a Assembleia Nacional pode aprovar moção de censura ou desaprovar o programa de governo (art. 50), caso em que o presidente da República deve decretar a demissão do gabinete, o que traduz a dependência política do governo perante o parlamento. A sua vez, o presidente da República pode decretar a dissolução da Assembleia Nacional (art. 12), como é próprio do sistema parlamentar.

Esse modelo não pode ser transportado ao Brasil, uma vez que a separação



de poderes constitui entre nós limitação material explícita à edição de emenda constitucional (CF - art. 60, § 4º, iii). O art. 2º da Carta dispõe que são poderes independentes e harmônicos entre si o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Enquanto cláusula pétrea, a separação de poderes é da essência do sistema presidencialista, diferentemente do que ocorre com o modelo parlamentar, caracterizado pela estreita conjunção dos poderes Legislativo e Executivo. Qualquer projeto de emenda constitucional que desfigure a unicidade orgânica no exercício das funções de chefe de Estado e de chefe de Governo, enfeixadas pelo presidente da República, contraria a Constituição. Não cabe ao poder constituinte derivado alterar, por via de emenda, a estrutura de República presidencialista moldada pelo constituinte originário. Tanto mais que o resultado do plebiscito de 1993 tornou perene essa arquitetura de governo. Bem por isso, quando da promulgação da Emenda Parlamentarista nº 4, em 1961, para viabilizar a posse do presidente João Goulart, o art. 217, § 6º, da Constituição de 1946, obstava apenas projetos de emenda tendentes a abolir a Federação e a República, nada aduzindo quanto à separação de poderes, o que só viria a se implementar na carta política de 1988.

A bem dizer, a opção constituinte por um dos sistemas de governo não deve ser fruto de pretextos ou ambições conjunturais. Deve resultar de um projeto consequente e amadurecido da nação sobre como engendrar a governabilidade e seus destinos de grandeza. Em qualquer caso, porém, urge, antes, empreender a reforma partidária que permita a organização de autênticos partidos políticos, com definições programáticas e solenes compromissos institucionais. Sem isso, o atual e promíscuo quadro partidário, poluído por 35 legendas com precária ou nenhuma representatividade, contaminará qualquer sistema de governo e os poderes da República.

**Conselheiro federal da OAB pelo Rio de Janeiro, professor titular de Direito Constitucional da Uerj e professor visitante na Université Panthéon Assas – Paris*

Escola sem partido ou escola partida?

Projetos de lei que alteram planos de educação geram críticas entre advogados, educadores e estudantes

VITOR FRAGA

Afinal, a escola serve para quê? Recentemente, a pauta do debate sobre educação tem girado em torno da proposta Escola Sem Partido (ESP), criada em 2004 pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib e que tem sido objeto de projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em assembleias legislativas e câmaras municipais de vários estados do país. A iniciativa mobilizou também professores, universidades e entidades de pesquisa e ensino, além de constitucionalistas e outros envolvidos no tema. Em sua maioria, eles criticam o que consideram uma tentativa de amordaçar e censurar o trabalho docente.

A polarização é tão intensa que o ministro da Educação, José Mendonça Filho, nomeou no início de julho o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Adolfo Sachsida, defensor das ideias do ESP, como seu assessor especial. A nomeação, publicada no Diário Oficial da União do dia 11, foi cancelada menos de 24 horas depois. Segundo nota da pasta, "O MEC e o economista concluíram não ser necessária tal colaboração", mas a desistência não teria a ver com a repercussão negativa da escolha. O ministro já havia recebido em seu gabinete outros apoiadores da proposta, como o líder do grupo Revoltados online, Marcelo Reis, e o ator Alexandre Frota.

A TRIBUNA procurou apoiadores do projeto, que afirmam defender as crianças e adolescentes da "doutrinação ideológica" que acreditam existir nas escolas, e também constitucionalistas, especialistas em educação e alunos, que consideram a proposta, de modo geral, uma tentativa de censura, que criaria uma escola "partida", voltada para apenas uma parte da sociedade.

Liberdade x cerceamento

A reportagem procurou o criador do Escola Sem Partido, Miguel Nagib, mas ele informou que não conseguiria responder às perguntas em tempo hábil para o fechamento desta edição.

Informações divulgadas no site da proposta (www.escolasempartido.org) defendem que ela não se configuraria como censura, pois o professor "não desfrutaria de liberdade de expressão em sala de aula". Segundo nota disponível na página, a Constituição Federal "não garante aos professores a liberdade de expressão, mas, sim, a liberdade de ensinar, também conhecida como liberdade de cátedra". O argumento se baseia também no artigo 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual "os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções". Além de disponibilizar minutas de projetos de lei em níveis federal, estadual e municipal, a página oferece aos pais um modelo de notificação extrajudicial, que menciona até a possibilidade de detenção caso o professor cometa "qualquer atentado à liberdade de consciência e de crença" dos alunos.

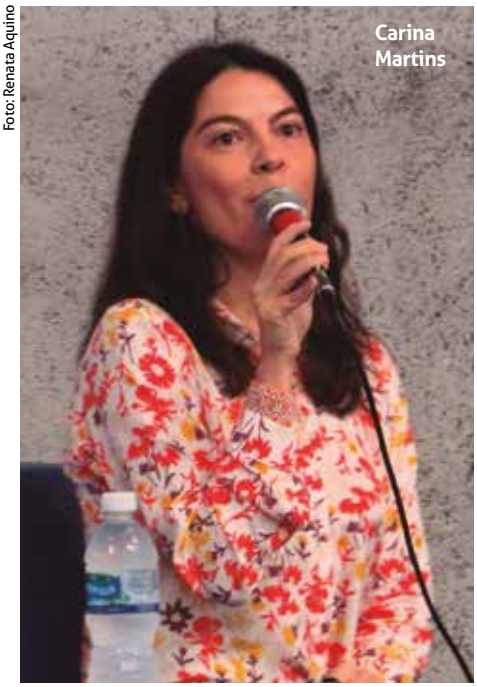
A presidente da Comissão de Direito Constitucional (CDCon) da OAB/RJ, Vânia Aieta, argumenta que é premissa comum a todos a não partidarização da escola, o que reduziria a suposta polêmica. "Mas há uma diferença entre partidarismo e ideologia. Toda leitura do conhecimento é interpretativa. Ser vegano ou comer carne é uma posição ideológica, embora não estejamos falando de partidos. Tomar ou não tomar um anticoncepcional é um

Foto: Fbaio Pozzebom / Agência Brasil

Renato Janine

posicionamento político, assim como dar ou não uma palmada em um filho", exemplificou. A advogada considera a notificação extrajudicial "atentatória à Constituição e ao direito à educação", e contesta a argumentação do ESP sobre expressão de opinião. "A liberdade de expressão pode ser exercida em qualquer lugar do território nacional. Inconstitucional é propor que ela não exista para o professor porque ele está dentro de sala de aula. É uma aberração. Cada um tem a sua pauta moral, algumas decisões são individuais, mas a sociedade tem que primar pela coletividade", defende Aieta, acrescentando que as questões serão levadas à Justiça. "São situações atentatórias a direitos fundamentais assegurados pela Constituição, cláusulas pétreas. Todo esse debate ilude as pessoas, mas, diante do Judiciário, isso cairá como um castelo de cartas. É afronta em excesso ao Estado de Direito, é flagrante demais".

Foto: Renata Aquino



Carina Martins

Membro da CDCon e especialista em matéria penal, Thiago Jordace afirma que a notificação pode ser considerada um crime de constrangimento ilegal. "Se um professor da rede pública for afastado, por exemplo, a administração pública não estará agindo com impessoalidade. O Estado é laico, não pode estar atrelado a uma ideologia religiosa ou outra. Tentar cercear o professor dessa forma é, sim, um crime", diz.

O problema seria a noção equivocada do ESP sobre o ato de ensinar, na opinião do ex-ministro da Educação e professor titular de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine Ribeiro. "Com uma justificativa que não é errada, quer dizer, é claro que uma escola não pode ser espaço de doutrinação, parecem querer reduzir a educação a uma doutrinação. Há no projeto um artigo que diz que o professor não pode ensinar coisas que enfrentam as convicções religiosas da família do aluno. Quando se cria uma limitação dessas, se acaba com a educação. Isso obviamente vai pôr em xeque o que a pessoa aprendeu na sua família, na sua comunidade. Essas pessoas, talvez até de boa fé, acreditam que seus filhos estão sendo doutrinados", argumenta Janine, que considera importante a difusão de valores. "Homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, todos são diferentes e devem ser respeitados em seus direitos. O assédio sexual já foi muito mais tolerado há algumas décadas, hoje é considerado crime. O professor tem que ensinar isso, é parte do ato de educar".

Professora de teoria e ensino de História da Uerj, Carina Martins faz parte do grupo Professores contra o Escola Sem Partido (www.contraoescolasempartidoblog.wordpress.com) – criado por Fernando Penna na Faculdade de Educação da UFF (Feuff) e que reúne historiadores contrários à proposta – e também integra um coletivo interdisciplinar na universidade fluminense, que engloba as áreas de Educação, Psicologia e História, e tem se organizado contra o projeto. "O saber científico, que é a episteme da escola pública, mobiliza desconstruções dos saberes e das convicções morais da família. Aliás, a ideia de família desse projeto contempla apenas a família tradicional", aponta a professora, que realiza pesquisas sobre modelos pedagógicos em diversos países. "Não existe nenhum projeto similar, em outra nação, na regulação da atividade docente. Na Argentina, desde 2006 há uma lei que obriga os professores a trabalhar com o dever da memória, da ditadura, da tortura, reconhecer que o Estado perpetrou crimes contra a humanidade", ressalta. Outro exemplo citado por ela é a França, onde "desde os anos 1990 é proibido negar o holocausto, o que afeta a sala de aula".

Também integrante do grupo de professores da Feuff, a graduanda em História Renata Aquino pondera que todo espaço social, inclusive a escola, é marcado pela ideologia. "A escolha do horário é ideológica, o currículo também. Em colégios de periferia, por exemplo, existem outras urgências. Às vezes o professor se sente até mal de falar mesmo de temas importantes como a Revolução Francesa, quando alunos vivem realidades como mães que apanham, familiares no tráfico ou mortos pela polícia. O ESP quer algo impossível, a neutralidade ideológica", resume. Ela lembra ainda que, entre diversas visões de mundo, algumas são amparadas por estudos teóricos, e outras nem tanto. "Autores de diferentes vertentes, muitas vezes, concordam em alguns pontos e discordam em outros, mas geralmente há diversas fontes teóricas que comprovam suas versões.

Quando se trata de poucas pessoas defendendo ideias totalmente diferentes, é complicado", declara. Renata condena também a crítica à discussão de gênero. "Mostra ignorância sobre o tema. É desonesto dizer que o feminismo reforça a sexualidade precoce das crianças, por exemplo. O que vemos é uma reedição sem-vergonha do macarthismo que fez sucesso durante a guerra fria", dispara.

Já a estudante de Administração da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e tesoureira da Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro (Aerj), Juliana Alves, contesta o projeto de forma irônica. "A escola já tem partido. No Rio de Janeiro, quem traça a ideologia da escola é o governo. Quem indica o secretário de educação, os diretores? O projeto político-pedagógico segue a lógica da gestão, baseado em metas e meritocracia, que tem mais a ver com empresas do que com educação. O modelo já limita o professor, que está preso ao conteúdo, não consegue levar os alunos a um quilombo para falar da nossa história", exemplifica. Para Juliana, a escola já remete a uma lógica de doutrinação. "A escola atual é um quadrado. Os estudantes ficam enfileirados, escutando uma pessoa só, não podem sair de sala, têm um tempo de sol, como uma prisão. Isso é um processo ideológico, a escola já é doutrinária. Falam como se os estudantes não tivessem consciência crítica, se têm uma opinião alguém os levou a ela. Se fosse assim, seríamos todos individualistas, porque essa é a ideologia dominante na escola, e mesmo assim há quem pense diferente", reflete a estudante, que também enxerga influência do machismo na proposta, ao classificar o debate de gênero como questão ideológica. "Isso vai contra tudo o que nós mulheres conquistamos, para essas pessoas a mulher não tem que ter direitos. Daqui a pouco, vão querer voltar ao tempo das cavernas".

Projetos de lei

Em maio de 2014, o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) apresentou projeto na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o primeiro no país, e abriu caminho para outras proposições, em níveis municipal, estadual e também na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. "Buscamos a neutralidade político-partidária, o pluralismo de ideias, a liberdade de consciência, e também o direito dos pais de que os filhos menores não recebam educação moral que venha a conflitar com suas convicções", defende o deputado, que acredita que não se deve falar sobre sexo na escola. "A questão sexual fica dentro de casa. Enquanto a criança for menor de idade, cabe aos pais orientar. Falar sobre doenças é uma coisa, outra é falar sobre sexo, estimular a antecipação da sexualidade das crianças nas escolas. Pode se falar de prevenção, saúde, uso de preservativos, mas não de sexo. Temos que preservar a inocência das crianças", argumenta.

Em âmbito federal, na Câmara dos Deputados, o PL 7.180/2014, de Erivelton Santana (PSC/BA), pretende incluir "entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa". Estão apensados a ele outros quatro projetos, como o PL 867/2015, de Izalci Lucas (PSDB/DF), que pretende incluir o ESP entre as diretrizes e bases da educação nacional. Em paralelo, há o PL 1.411/2015, do deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), que tipifica o crime de "assédio ideológico", prevendo detenção de três meses a um ano para quem expuser estudantes a esse tipo de conduta, "condicionando o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou constranger o aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente". Se o agente for "professor, coordenador, educador, orientador educacional, psicólogo escolar, ou praticar o crime no âmbito de estabelecimento de

Foto: Lula Aparício

ensino, público ou privado", a pena será aumentada em 1/3. O relator designado para a matéria é Izalci Lucas.

No Senado, tramita o PLS 193/2016, apresentado por Magno Malta (PR/ES), que integra "entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Programa Escola sem Partido". A matéria está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sob a relatoria do senador Cristovam Buarque (PPS/DF).

A maioria dos projetos segue a minuta sugerida pela ESP, disponível no site (www.programaescolasempartido.org).

Foto: Arquivo pessoal

Entre os principais artigos, determina-se que o poder público "não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero"; e estabelece-se que o professor em sala de aula, "ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas", deve apresentar, "de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito", bem como "respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções".

Nas casas legislativas de pelo menos seis estados (Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul) e do Distrito Federal há projetos sobre o assunto. Desde maio deste ano, em Alagoas, vigora o *Programa Escola Livre*, que obriga os professores da rede estadual a manterem a "neutralidade" em questões políticas, ideológicas e religiosas na sala de aula. Propostas semelhantes foram aprovadas em duas câmaras municipais: Santa Cruz do Monte Castelo (PR) e Picuí (PB) – na cidade paraibana, porém, o prefeito Acácio Araújo (DEM) vetou o projeto do vereador Joaquim Vidal (PTB). Tramitam matérias com a mesma intenção em dez outras câmaras municipais, incluindo a do Rio de Janeiro, onde o PL 867/2014, apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC) já foi objeto de audiência pública. A TRIBUNA procurou o vereador, mas um funcionário do gabinete informou que a casa estava em recesso. Declaradamente inspirado no ESP, o PL 1.818/2016, de autoria do vereador Jorge Manaia (SD), "institui o programa liberdade de consciência" no município – e foi apensado ao de Carlos Bolsonaro. O texto prevê que o servidor que fizer "atividades de cunho político-partidário", veicular "conteúdos dissociados" estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação ou realizar "ações capazes de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento da personalidade dos alunos, incluindo a orientação sexual e a ideologia de gênero" poderá receber advertência, "suspensão sem vencimentos por trinta dias, se reincidente" ou "exoneração se reincidente pela terceira ou mais vezes".

O deputado Flávio Bolsonaro garante que sua ação é contra a imposição ideológica "seja de esquerda ou de direita", mas considera que há predominância da primeira. "Hoje, o MEC e os parâmetros curriculares nacionais dão uma falsa liberdade ao professor, que em tese pode escolher o material didático. Mas em todos há apenas a temática político-partidária de esquerda", acusa. Segundo ele, os fatos históricos precisam ser mostrados aos alunos, mas alguns professores deturpariam os acontecimentos para impor suas visões. "É preciso falar sobre o que houve na Alemanha nazista, com o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores. Alguns professores deturpam essa informação dizendo que foi um regime de direita. Isso é uma piada. Todos deveriam passar pelo Museu do Holocausto, para aprender o que foi o socialismo. Fazem confusão na cabeça das crianças, querendo formar muito mais militantes do que estudantes", diz o parlamentar, reforçando que há uma "imposição da visão" de esquerda. "É uma lavagem cerebral, a continuidade da revolução cultural. Não há liberdade de manobra para os professores, exceto os que são militantes. Acho que isso se deve mais ao plano nacional de educação, uma tentativa do governo do PT de fazer essa mudança na cabeça das crianças".

Para a professora Carina Martins, o ESP ataca a própria noção de democracia. "Na justificativa dos projetos, consideram que há 20 ou 30 anos a educação pública foi ideologizada. Isso coincide com o marco da Constituição de 1988. Não é um ataque apenas a quem eles chamam de 'petralhas', mas também às conquistas democráticas da nossa Constituição Cidadã. Se no artigo 1º o projeto defende a pluralidade e a neutralidade do Estado, nos seguintes pretende estipular uma convicção moral que irá nortear o trabalho docente. Isso é muito excludente diante da diversidade que temos em sala de aula. Pensa-se a escola como lugar de instrução, em que o professor deve priorizar conteúdos de forma técnica, transmissiva e desvinculada das questões sociais", conclui.

Foto: Lula Aparício

Juliana Alves

Flávio Bolsonaro

Foto: Bruno Marins

Áreas cível, de arbitragem e reflexos do CPC no processo do Trabalho têm cursos em setembro

Cinco cursos terão início no mês de setembro, dentro da programação da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/RJ. A 16ª turma de *Prática de advocacia cível* terá aulas de 2 de setembro a 16 de dezembro, sempre às sextas-feiras, das 10h às 12h30. As lições serão ministradas pelo professor Nahim Murad, com carga horária total de 45h/a. O investimento é de R$ 300.

Já o *Curso prático de advocacia em arbitragem*, que será coordenado pelo professor Joaquim de Paiva Muniz, acontecerá entre 13 de setembro e 22 de novembro, com aulas às terças e quintas-feiras, das 19h às 22h. O investimento é de R$ 800 (duas parcelas de R$ 400), para um total de 60h/a.

De 13 de setembro a 13 de outubro, os professores Daniel Macedo e Sylvia Drummond irão ministrar o curso *Aspectos práticos dos recursos cíveis*. As aulas acontecem às terças e quintas-feiras, das 9h15 às 12h15. Serão ao todo 30h/a, e o investimento é de R$ 550 (duas parcelas de R$ 275).

Terá início em 16 de setembro o curso *Reflexos do novo CPC no processo do trabalho*, cujas aulas irão até 2 de dezembro, às sextas-feiras, das 9h30 às 11h30, com os professores Leonardo Dias Borges, Vólia Bomfim, Daniel Macedo e Sylvia Drummond. O investimento é de R$ 750 (duas vezes de R$ 375), para uma carga horaria de 24h/a.

O curso *Ações constitucionais* terá aulas de 20 de setembro a 29 de novembro, às terças-feiras, das 18h30 às 21h, com a professora Flávia Bahia Martins. A atividade terá 23h/a, e o investimento é de R$ 450.

As inscrições podem ser feitas no site da OAB/RJ (www.oabrj.org.br), e as aulas serão na ESA, na Av. Marechal Câmara, 150, 2º andar, Castelo. Mais informações pelo telefone (21) 2272-2097 ou através do e-mail esa@oabrj.org.br.

Por que precisamos mudar a previdência no Brasil?

PAULO TAFNER *

Sistemas previdenciários, como o brasileiro, desempenham dupla função: representam laços de solidariedade entre diferentes gerações e constituem esforços de poupança das gerações ativas. Para que essas funções sejam sustentáveis e duradouras, é necessário que os esforços e os benefícios sejam homogeneamente distribuídos.

Simplificadamente, nossa previdência é estruturada de modo que as gerações ativas financiem os benefícios usufruídos pelas inativas. Uso o plural porque, tanto ativos quanto inativos, são compostos por grupos geracionais distintos. Assim, entre ativos, há os que estão próximos de se tornarem beneficiários e aqueles que estão apenas começando a trabalhar. Similarmente, entre os inativos, há os que recebem benefícios há décadas e aqueles que estão recebendo o seu primeiro.

Como consequência, para que o sistema não venha a produzir passivos para as gerações futuras, vários requisitos são necessários, alguns dos quais fora do controle dos governos, ou mesmo da sociedade. Esse é o caso da demografia. Se uma geração que vai se aposentar é numericamente muito maior do que a geração vindoura, que vai trabalhar e gerar recursos para custear os benefícios, então os mais novos terão uma sobrecarga que pode ser muito elevada. Há outras variáveis que afetam esse equilíbrio, mas certamente, a componente demográfica é particularmente relevante.

Vejamos a situação brasileira em uma perspectiva histórica: em 1980, 55,7% da população tinham entre 15 e 59 anos, e 6,1%, tinham 60 anos ou mais. Havia, então, 9,2 indivíduos em idade ativa para cada beneficiário. Em 2010, a população em idade ativa representava 64,4% do total, mas a população "idosa" já era 10% do total. Eram 6,5 indivíduos para suportar cada beneficiário. Nos próximos 24 anos, ou seja, em 2040, a população ativa representará 61,4% do total e a "idosa" será 23,8% do total. E cada beneficiário será suportado por apenas 2,6 trabalhadores. Em 2050, serão menos de dois ativos a custear cada beneficiário. Somente com enorme aumento da carga tributária será possível garantir benefícios aos idosos.

Mas não é apenas a componente demográfica que atua desfavoravelmente à sustentabilidade do sistema. O Brasil mudou muito nos últimos 40 anos, em diversos aspectos, para melhor. Vejamos: na década de 1970, a esperança de vida ao nascer era de apenas 55 anos! Assim, aposentar-se aos 50 ou 51 anos representava, a priori, que cada beneficiário iria receber o benefício por poucos anos. Já em 2005, a esperança de vida era de 68,2 anos. Atualmente, cada brasileiro tem uma esperança de vida de mais de 70 anos. E se atingir 60, sua sobrevida média será de aproximadamente 20 anos. Essa melhoria nas condições de vida é fruto de investimentos em infraestrutura, saneamento, saúde, educação etc. Muitos, feitos por via de financiamentos de longo prazo que serão pagos por várias gerações. Caberá, portanto, a estas não apenas suportar a carga dos benefícios como custear tais investimentos.

Não me parece justo que deixemos às futuras gerações um fardo dessa magnitude. De forma semelhante, não me parece justo que regras previdenciárias idealizadas para um país em que poucos passavam dos 60 sejam as mesmas para um país em que muitos viverão até os 80 anos ou mais. É chegado o momento de fazermos reformas que ajustem as regras à realidade.

**Economista. Doutor pelo Iuperj/UCSD, professor de Economia. Foi pesquisador do Ipea, coordenou o Grupo de Estudos da Previdência - Ipea/RJ e tem artigos e livros publicados sobre o tema*

Idade m

para apos

mínima

entadoria

O que precisamos é de um modelo justo de previdência

FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM*

O debate previdenciário, esquecido nos últimos anos, volta à tona dentro do contexto de mais uma reforma previdenciária. Novamente, aponta-se a alegada insolvência do sistema e a impossibilidade de manutenção futura do plano de benefícios vigente.

Um aspecto central é a possibilidade de retiro precoce no Brasil, devido à aposentadoria por tempo de contribuição. Este benefício, que corresponde a quase 40% do total de dispêndio com aposentadorias, não possui, no Regime Geral de Previdência Social, qualquer limite de idade mínimo.

A aposentadoria por tempo de contribuição – tema central da reforma vindoura – retrata tipo de prestação que foi largamente adotado nos modelos europeus do pós-guerra, de forma a viabilizar a renovação mais célere do mercado de trabalho e o pleno emprego.

Muito embora esta estratégia tenha produzido algum resultado positivo de curto prazo, o envelhecimento populacional, em conjunto com a severa redução de natalidade, impôs a todos os países europeus, em pouco mais de 30 anos, o abandono de tal prestação, restringindo a aposentadoria voluntária, quase que exclusivamente, ao modelo por idade avançada.

O Brasil, incrivelmente, ainda adota a aposentadoria por tempo de contribuição, a qual, por dificuldades na reforma de 1998, somente teve a inclusão de idade mínima no sistema previdenciário dos servidores públicos. O fator previdenciário e, mais recentemente, a Regra 85/95 vieram como atenuantes a esta lacuna, mas, acredito, a solução seja a extinção desta prestação.

De início, o benefício por tempo de contribuição não cobre qualquer risco social (idade avançada, morte, doença, invalidez etc.). Ademais, a pretexto de beneficiar trabalhadores que ingressam precocemente no trabalho, acaba por gerar privilégios para categorias de melhor posição, com longas trajetórias de trabalho, em detrimento de trabalhadores braçais que, não obstante iniciarem precocemente suas atividades, não as mantêm por longos anos e, também, sofrem com as dificuldades de comprovação de vínculos empregatícios, pois são mais sujeitos ao trabalho informal.

Adicionalmente, a nova limitação etária a ser fixada na aposentadoria por idade deverá ser idêntica para homens e mulheres. A isonomia formal, neste aspecto, justifica-se por diversas razões. Primeiramente, as fronteiras de gênero são, na atualidade, muito mais fluidas do que no passado, o que geraria enormes embaraços na sua concretização. Segundo, a pretexto de proteger as mulheres em sua dupla jornada de trabalho, o que se faz com a redução etária das mulheres é prestigiar somente parte delas, pois um segmento elevado não possui qualquer atividade remunerada e recolhimento previdenciário, não sendo, portanto, de beneficiárias do sistema.

O que precisamos é de um modelo justo de previdência, com a eliminação das iniquidades do seguro social. O que se deve buscar é um sistema que, independente de gênero, seja capaz de superar as falhas de um modelo de proteção social calcado nas regras de mercado e, com isso, prestigiar aqueles – homens ou mulheres – que se dedicam à família em detrimento de suas atividades profissionais.

**Advogado. Doutor em Direito Público pela Uerj, mestre em Direito Previdenciário pela PUC/SP. Professor adjunto de Direito Financeiro e Tributário da Uerj*

Na prática do Direito, a importância de outras ciências humanas

Formação em psicologia, filosofia, antropologia e sociologia ganha relevância na moderna advocacia, que se abre cada vez mais à subjetividade

CÁSSIA BITTAR

Um livro sobre casos reais de uma vara de família, escrito por uma magistrada petropolitana. Esta poderia, como muitas, ser uma obra apreciada principalmente por profissionais da área jurídica. Porém, *A vida não é justa* (Agir), lançado em 2012 pela juíza Andréa Pachá – que publicou também, em 2014, a continuação *Segredo de justiça* (Agir) – , não só ultrapassou seu meio, cativando leitores de todo o Brasil, como, devido ao sucesso, será adaptada para a TV em série que estreia no programa *Fantástico,* da Rede Globo, no dia 28 de agosto.

Com formação artística, além da carreira em Direito, tendo trabalhado em teatro e cinema antes de ingressar na magistratura, Pachá demonstra, em suas crônicas, conflitos que ultrapassam a esfera objetiva do júri, com exemplos de sensibilidade para identificar questões peculiares nas pessoas por trás dos processos. Com isso, a autora trouxe para os leitores leigos em matéria jurídica a visão da influência que o conhecimento da natureza humana pode exercer sobre um profissional do meio.

Apesar da ênfase nas questões subjetivas nos casos apresentados nos livros, a juíza conta que recebeu com surpresa a notícia do sucesso de sua obra entre psicanalistas: "Foi curioso notar, quando publiquei o primeiro, que as histórias, aparentemente conflitos jurídicos, estavam transitando muito mais facilmente no ambiente da psicanálise do que na área do Direito".

Segundo ela, a ligação de seu trabalho com o estudo do inconsciente se deu de forma natural: "Não tenho formação em psicanálise. Mas eu fui psicanalisada por muitos anos. Não percebi enquanto escrevia, mas acho que de certa forma, quando você passa por um processo de psicanálise, aprende a linguagem da representação e o lugar de escuta. De onde escrevi aquelas histórias, acredito que estava em uma posição muito mais próxima de quem ouve terapeuticamente do que de quem julga. Talvez por isso elas tenham transitado mais naturalmente entre os psicanalistas".

A interdisciplinaridade evidente na obra de Pachá faz parte de um momento do Direito em que a influência de outras ciências humanas como a filosofia, a antropologia e a sociologia, além da própria psicologia e a psicanálise, é cada vez mais aproveitada, segundo especialistas.

"A valorização dos princípios da dignidade humana, da afetividade e do respeito às diferenças possibilitou uma reconfiguração sem precedentes no Direito", observa o advogado Julio Cezar de Oliveira Braga, mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida e membro do Corpo Freudiano do Rio de Janeiro.

Ele explica que ocorreu um processo de "subjetivação" do Direito nas últimas décadas: "Reforçou-se a defesa do desejo e do afeto, que urgem ser vistos e ouvidos. Os juristas batem à porta da psicanálise para sustentar seu libelo contra o preconceito, a exclusão e as verdades fundamentalistas. Por isso, a psicanálise fundada na ética da alteridade e do desejo vem sendo cada vez mais convocada pelo Direito para a melhor compreensão das manifestações psíquicas do sujeito em suas relações com o outro na sociedade".

O exemplo mais marcante da definição de Braga pôde ser observado, nos últimos anos, no Direito de Família. Com os debates sociais, o afeto foi elevado à condição de princípio jurídico oriundo da dignidade da pessoa humana e prevalece hoje como definidor do conceito familiar sobre os laços sanguíneos nas decisões judiciais.

Psicanalista, doutora em Direito Civil e diretora nacional de relações interdisciplinares do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam), Giselle Groeninga destaca contribuições da psicanálise para a área: "Uma é a noção de que a família é um sistema de relações complementares e também inconscientes. E que a parentalidade é, assim, necessariamente complementar. De acordo com esse conceito, o que acontece com um dos integrantes de uma família, mesmo que o casal esteja separado, necessariamente afetará os demais, sobretudo os filhos. Outra contribuição é a ideia de que o inconsciente está presente em todas as pessoas, e nem sempre há uma intencionalidade consciente em magoar, ferir, excluir. Assim, devem ser compreendidos, por exemplo, os casos de tentativa de alienação parental, ou mesmo situações mais difíceis, como as denúncias de abuso sexual. A terceira contribuição diz respeito à grande mudança de paradigma do conceito da culpa para o da responsabilidade".

Para Julio Braga, é natural ao Direito buscar um olhar mais amplo sobre as diferentes realidades de pensamento. "Os aportes da sociologia, da antropologia e, principalmente, da chamada filosofia das diferenças, em que os afetos, a liberdade, o deslocamento crítico dos poderes e a singularidade do sujeito, são o foco. Quanto mais amplo, profundo e sensível for o olhar do advogado para o outro, a partir da interdisciplinaridade, melhor será a sua atuação e seu reconhecimento profissional".

Professora de Direito Constitucional, Direito Educacional e Biodireito Constitucional na PUC/SP, Maria Garcia sentiu necessidade de criar o curso de pós-gradu-

Andréa Pachá

Foto: Lula Aparício

ação em psicologia jurídica na instituição por considerar a formação tradicional deficitária para a compreensão da conduta humana. Especializada em análise transacional, método criado em 1956 pelo psiquiatra Eric Berne para estudar as trocas de estímulos, ou transações, entre indivíduos, Garcia também pesquisa a psicanálise à luz da hermenêutica, dando palestras sobre o quanto a subjetividade interfere na interpretação das normas jurídicas por parte dos agentes da Justiça.

"O Direito é, por sua natureza, interdisciplinar. Assim como a psicologia estuda a conduta humana para poder explicá-la, o Direito deve estudar para regulá-la. Meu trabalho foi voltado a trazer essa matéria para o mundo jurídico a fim de compreender melhor o ser humano. Afinal, o juiz, o advogado, o promotor são seres humanos. Tanto o autoconhecimento quanto o conhecimento sobre o outro ajudam o profissional no distanciamento para decisões e análises justas, na comunicação, na compreensão das decisões dos juízes", acredita a professora, contando que há especializações em psicanálise social voltadas a quem não é profissional da área e não está interessado em se qualificar para clinicar, apenas em expandir seus conhecimentos.

Foto: Lula Aparício

Julio Braga

Giselle Groeninga explica que a antiga visão puramente objetiva do Direito fazia parte de um estigma criado em torno das ciências humanas: "Há algum tempo, as ciências humanas sentiam-se diminuídas em relação às exatas, como se estas pudessem se aproximar mais da verdade. Ou, ainda, como se as exatas oferecessem uma 'certeza' que, de certa forma, aliviaria as angústias inerentes ao complexo fenômeno humano. Neste caminho, curiosamente, as ciências humanas foram se 'desumanizando'. Mas, na realidade, o Direito, como não poderia deixar de ser, tem raízes e intersecções com a filosofia, a sociologia, a antropologia, a psicologia e com a psicanálise".

Para a psicanalista, não há como desassociar as duas formas de pensar: "A dicotomia objetivo *versus* subjetivo, que vigia em tempos anteriores à interdisciplinaridade, acabava por mutilar o próprio objeto e objetivo do Direito. Buscar a objetividade deve, necessariamente, passar pela compreensão da subjetividade — que constitui cada indivíduo — e da intersubjetividade construída nas relações. Ou seja, a objetividade das normas do Direito nasce da intersubjetividade das relações. Vale dizer o mesmo da relação do Direito com as disciplinas humanas. Sua objetividade só pode estar calcada na combinação de conhecimentos das angústias e questões existenciais, do conhecimento de aspectos que tocam as relações e os indivíduos, que são abordados pela sociologia, pela antropologia e pela psicanálise".

Presidente da Comissão de Segurança Pública da Seccional, Breno Melaragno conta que a utilização de conceitos dessas matérias na área criminal é muito comum. "Temos no Direito Penal um princípio chamado adequação social, aplicável a uma determinada conduta que na lei é considerada criminosa, mas que a sociedade, no cotidiano, acaba aceitando com naturalidade. Essa aceitação da sociedade é abraçada pelo sistema penal".

Ele dá como exemplo o fato de, até 2009, o funcionamento de casas de prostituição ser crime previsto em lei. "Digo até 2009 porque após a reforma do Código Penal há discussões sobre a descriminalização da conduta. Mas até então a lei era clara. Porém, não havia reprovação suficiente no meio social que demandasse uma resposta do Estado. As pessoas sabiam onde ficavam as casas de prostituição e quase nunca o sistema penal intervia, a não ser por motivos pontuais específicos", observa, citando também a adequação social ao adultério,

Giselle Groeninga

Foto: Arquivo pessoal

que só foi descriminalizado em 2005. "A traição que envolve sexo fora do casamento é considerada reprovável? É. Mas o Judiciário, se ocorrendo da sociologia, viu que não era reprovável suficiente para criminalizar".

Segundo Breno, o Direito Penal faz uso de princípios da sociologia e da antropologia para questionar se o que o Legislativo impôs como crime merece uma reprovação efetiva do sistema jurídico: "Nós nos baseamos no conceito de que para merecer uma reprimenda criminal uma conduta tem que atingir o direito de outra pessoa".

O criminalista afirma que, para a área, também é essencial o conhecimento da psique humana: "Existem também práticas que deixam o cliente à vontade, criam confiança para poder estabelecer o elo tão importante com o advogado para que conte toda a verdade. Mas essas noções sobre comportamento são importantes também para lidar com o juiz, com o promotor. As pessoas têm diferentes histórias de vida e, consequentemente, diferentes concepções. Quanto mais você souber, palpar essa estrutura da personalidade do juiz, perceber o que o toca, melhor será para você atingir os seus objetivos".

Maria Garcia aponta o crescimento da

Foto: Bruno Marins

Breno Melaragno

adoção de métodos alternativos de resolução de conflito como mais um exemplo da aplicação da multidisciplinaridade no campo prático do Direito: "O Direito Processual está mudando. Percebemos que aprendemos na faculdade a brigar, a conflitar, a ir à Justiça, e agora há toda uma mudança de paradigma que inclui a conciliação e mediação como opções".

Presidente da Comissão de Mediação da OAB/RJ, Samantha Pelajo explica que o próprio conceito do método tem como aportes a multidisciplinaridade e a união entre objetividade e subjetividade: "Quando a Escola de Negociação de Harvard começou a pensar a mediação, considerou o seguinte: as negociações eram muito ruins, porque ou as pessoas priorizavam o bem em disputa – e as relações pessoais se destruíam – ou buscavam preservar as relações e acabavam ficando tão insatisfeitas objetivamente que, com o tempo, a própria relação não se sustentava".

Para a prática, ela destaca a importância das noções de psicologia: "Na área de família, por exemplo, as relações vão se desgastando, o que prejudica a interação. Não necessariamente o problema é a atitude, a postura, a fala de uma pessoa, mas como a outra interpreta. A primeira coisa que fazemos então é ajudar a limpar essa comunicação, ajudar as partes a compreender quais são seus interesses, e depois ajudar a pensar em uma multiplicidade de alternativas para dar conta deles. É aí que a mediação difere da advocacia tradicional, pois para isso não podemos ouvir com o filtro do que é juridicamente relevante, mas do que é relevante para as necessidades particulares daquelas pessoas".

Samantha também cita a contribuição da filosofia para o método, através da maiêutica socrática – que consiste em uma série de perguntas para que as pessoas cheguem às suas próprias conclusões – e o aporte da sociologia pela ideia de pertinência, ou seja, de que ninguém é sozinho no mundo: "Nossas alianças, nossos colegas de trabalho, a melhor amiga, a mãe, a tia, podem estar de alguma forma inseridos em nossas relações. E isso é levado para nosso método".

Segundo ela, que atua na área de família, há muitos casos de pessoas que abandonam o processo no meio por conseguirem enfim se comunicar nas audiências. Segundo Julio Braga, mudanças de rumos de clientes acontecem também na advocacia tradicional quando é desenvolvida a sensibilidade: "Não se trata de atuar como psicanalista no escritório, mas de, por meio de uma postura

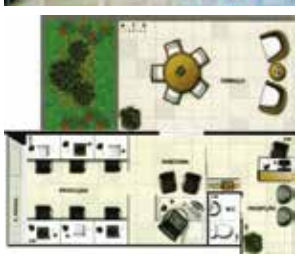
Foto: Bruno Marins

ética, diferenciada pela psicanálise, produzir um efeito analítico que leve o cliente à possibilidade de trilhar um novo caminho, menos doloroso".

"O mundo vive em permanente transformação", completa Andréa Pachá. "Faz sentido que o Direito e a Justiça se conectem com as transformações que o mundo experimenta".

Forum Offices

SALAS COMERCIAIS DE 22 A 40 M²
NUM LINDO PRÉDIO COM JARDINS
SUSPENSOS E TELHADO VERDE



CONHEÇA AS VANTAGENS PARA
SUA EMPRESA OU NEGÓCIO:

Possibilidade de junção de salas formando conjuntos corporativos.
Salas com terraço privativo de 18m² Espaço multiuso para reuniões, projeções, mini-auditório.

O Local certo para você valorizar sua profissão e seu investimento.

Realização:
Mykonos PARTICIPAÇÕES

3598-8040 / 96445-6008 / 98563-5382 / 97005-5822

Rua Professora Francisca Piragibe, 151 (Em frente à 32ª DP e ao Fórum da Taquara)

Processo eletrônico

ALEXANDRE WIGNER*

Direito é técnica. O conceito grego da ambivalência nos ensinou que a técnica que resolve o problema é a mesma que cria novos problemas. A técnica aumenta as possibilidades e, por consequência, a complexidade. Acerca disso, o Direito fraterno propõe, no seu projeto, uma inclusão, sem confins, em todos os direitos fundamentais e em todos os bens comuns da humanidade. A tecnologia pode formar uma emancipação social, pela velocidade na divulgação de novos modelos transdisciplinares.

Das lições de Albano Marcos Bastos Pepe, colhemos o substrato: "Hobbes sustenta que a sociabilidade só ocorre a partir da vontade racional do homem, ela não está nele, mas é construída, sendo uma convenção. Assim, todos podem tudo contra todos, até que surja o Estado cooptando e coagindo ao cumprimento das normas impostas. Nesta dimensão deixa de existir uma ordem cósmica natural e passa a existir uma racionalidade de uma ordem positivada".

Mas o que acontece quando uma nação soberana, com território e cerca de 200 milhões de pessoas, fica sujeita à arbitrariedade da ineficiência do próprio governo que institui obstáculo ao exercício de demandas contra ele próprio? Nesse caso, a ordem hobbesiana da nova filosofia social, supracitada, não ficará invertida? Poucos agentes políticos cooptaram o Estado prejudicando o exercício da cidadania. Numa marcha lenta e gradual, de avanços e retrocessos, a falácia, a mentira, o ardil são levados ao extremo sob o falso manto da modernidade, quando na verdade obstruem as conquistas alcançadas. Onde se assenta o direito do cidadão comum contra o Estado para conhecer suas demandas? Por que o foro e a competência foram trasladadas para o mundo virtual se o Estado não concede plataforma eficaz para isso? É óbvio que o processo eletrônico será implantado, mas para isso as bases tecnológicas e de acesso devem estar firmes, ao reverso do que ocorre hoje.

É de relevância a forma como preparamos os operadores do Direito, bem como impressiona a dinâmica formalista do devido processo litigioso, ora empurrado para a nuvem virtual. Nem ao menos encontramos consenso sobre o processo formal e o Judiciário impõe para a sociedade despreparada, sem acesso a máquinas e programas comuns, plataformas que não combinam entre si?

O processo eletrônico não apresenta forma e conteúdo únicos entre as várias esferas da Justiça Federal e ou Estadual e suas instâncias.

Façamos uma análise quanto à divisão dos direitos fundamentais. Os de primeira geração são aqueles direitos de defesa do cidadão contra o Estado, em que este deveria salvaguardar a liberdade, o direito à vida, à intimidade, à inviolabilidade etc. Quando livre do jugo do poder estatal, surge uma nova escala de direito fundamental – os de segunda geração, responsáveis pela proteção da dignidade, pela satisfação das necessidades mínimas de viver, com organização de uma estrutura social de alcance a todos. Por fim, após satisfeitas a liberdade e as necessidades, reclama a cidadania uma nova satisfação fundamental direcionada à essencialidade do destino da humanidade, agora em referência a uma coletividade, e não a um indivíduo abstratamente considerado. Tais direitos de terceira geração reclamam paz, desenvolvimento econômico, comunicação etc. Percebe-se que os direitos fundamentais de primeira geração são negativos por essência, pois determinam uma abstenção por parte do Estado contra o cidadão. Então, quando o Estado obriga o uso de um processo eletrônico que decididamente exclui, em vez de incluir, percebemos que tais direitos são violados e, por consequência, os demais também.

O que importa é o conjunto normativo, destinado a todos, como forma abstrata a regular a vida social. Uma decisão ou execução administrativa pode ser inconstitucional porque deixou de observar princípio maior. E, nesse caso, não há inconstitucionalidade secundária. Por sinal, nunca é secundária qualquer violação à Constituição. Ao reverso, mesmo que reflexa, deve ser considerada direta e frontal, pois não se pode admitir nenhuma, por menor que seja, violação à ordem democrática maior. Porém, não estamos frente a uma questão constitucional pura e simples, mas a uma ordem: o acesso à Justiça será eletrônico.

O Judiciário considerou que todos estão aptos a essa nova forma instrumental de processo. Todavia, isso não corresponde à realidade. Tal evento, hoje, faz a comunidade jurídica se curvar frente ao domínio econômico dos grandes escritórios e de estruturas de informática caras e pouco acessíveis. O acesso ao Judiciário se elitiza com o processo eletrônico. Esse é o cenário criado pelo próprio governo.

Porém, existem princípios inerentes a uma democracia que independem de ser previamente criados, são intensos e presentes. Chamaremos-os de "superordem mundial". É uma disposição estruturada e originária da própria humanidade que não permite opressão,

excludente

ora revestida de modernização eletrônica, sob pena de haver ou ser produzido um atentado contra a República e a democracia constituída, de acesso a todos que se sentirem ofendidos.

Em essência, essas cláusulas não somente serão endereçadas às gerações futuras, como de certo modo refletem exatamente um compromisso positivo com a garantia e a igualdade de armas dentro do devido processo legal.

Por mais esdrúxulo que seja, cremos num Estado falho para resolver um conflito, mas muitas vezes o mesmo Estado é responsável pelo problema. E agora esse Estado falho cria uma ferramenta que não inclui, mas exclui. Nenhuma corte no mundo poderia obstruir ou suspender a forma tradicional de requerer sem antes ter certeza de que a comunidade está apta para entender e praticar essa nova ferramenta.

Parece nítido o interesse do Estado em criar dificuldade restringindo o acesso simples e oportuno a qualquer cidadão ou membro da comunidade jurídica nacional.

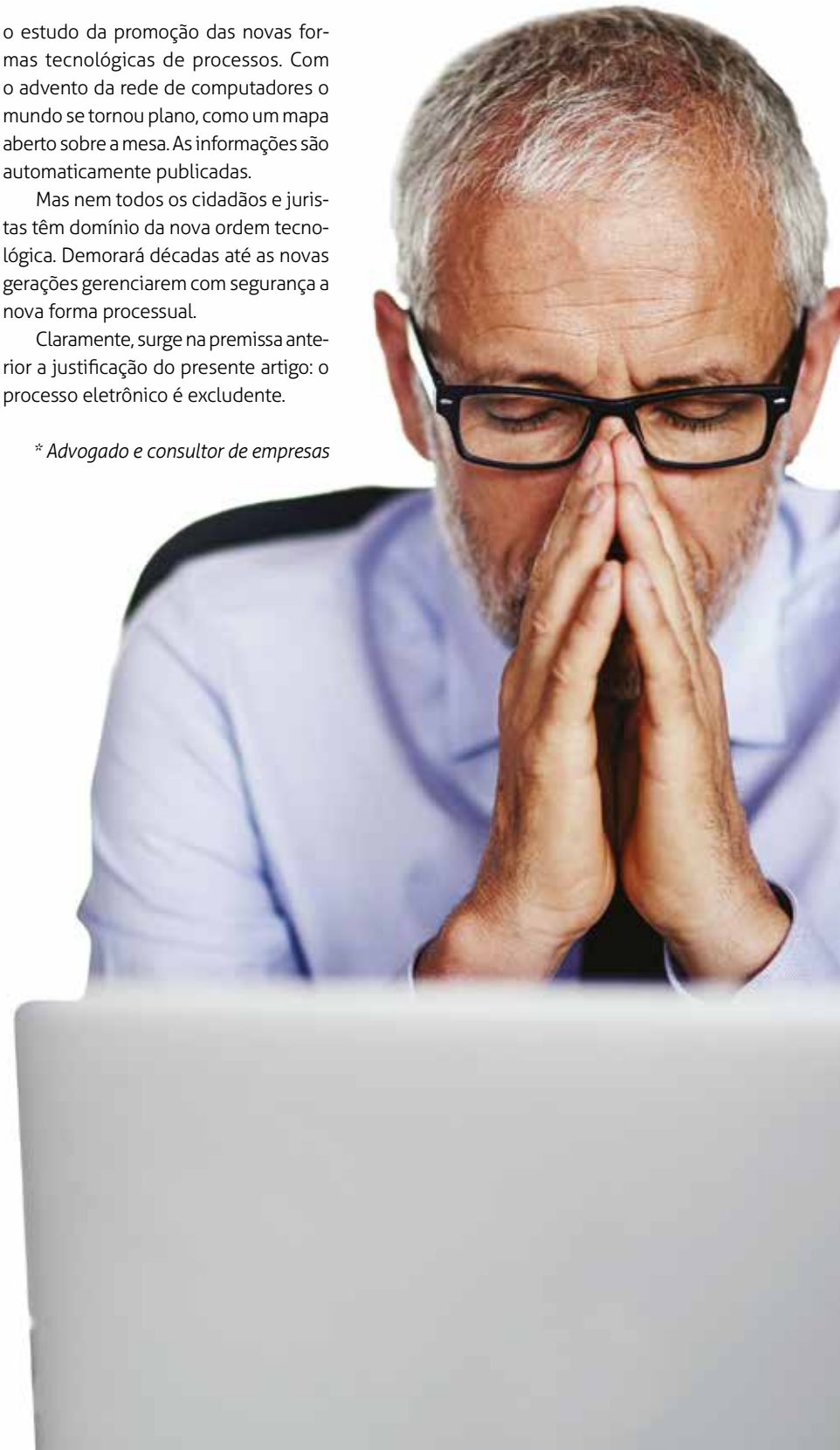
Precisamos encontrar outras formas de atuação do Judiciário, mesmo como impressão digital de modernidade. O processo extremo deve ser precedido de uma tentativa de acordo, porém impor mudança abrupta restringe e promove retrocesso, interessante somente aos dominantes da tecnologia. Necessitamos, então, estruturar o direito ao acesso como garantia fundamental e superior ao litigioso, aceitando a existência de uma "superordem mundial" para perpetuar o equilíbrio entre a tecnologia, o capital e a humanidade.

Entender a situação proposta significa estudar novas formas de ministrar o Direito. Toda teoria e prática docente se dá no sentindo de administrar o contencioso, mas não aprofundamos o estudo da promoção das novas formas tecnológicas de processos. Com o advento da rede de computadores o mundo se tornou plano, como um mapa aberto sobre a mesa. As informações são automaticamente publicadas.

Mas nem todos os cidadãos e juristas têm domínio da nova ordem tecnológica. Demorará décadas até as novas gerações gerenciarem com segurança a nova forma processual.

Claramente, surge na premissa anterior a justificação do presente artigo: o processo eletrônico é excludente.

** Advogado e consultor de empresas*



Seminário discute questões ambientais nas áreas marítima e portuária

Foto: Lula Aparício

Flávio Ahmed: união de dois grupos para debater tema comum

As comissões de Direito Ambiental (CDA) e de Direito Marítimo e Portuário e do Mar (CDMPM) da OAB/RJ realizaram, dia 13 de julho, seminário para discutir questões ambientais nas atividades marítima e portuária. O presidente da CDA, Flávio Ahmed, destacou a importância da união dos dois grupos para tratar de um tema que é comum a ambos. Já o presidente da CDMPM, Godofredo Mendes Viana, informou que a ideia é tornar o evento parte do calendário, para que anualmente seja feita uma análise do assunto.

O vice-presidente do Tribunal Marítimo, Sérgio Bezerra de Melo, o representante do Ibama, Adilson Gil, e o representante da Diretoria de Portos e Costas, Wellington Nogueira, também participaram da abertura. O seminário discutiu temas como licenciamento ambiental e infraestrutura, crimes ambientais e regulação das questões ambientais no âmbito das atividades marítima e portuária.

O procurador-geral da Seccional e coordenador das comissões temáticas, Fábio Nogueira, ressaltou que atualmente mais de 3.700 advogados trabalham, voluntariamente, nas comissões da Ordem. Ele elogiou a iniciativa da organização conjunta do evento. "A convergência e união das comissões é fundamental", disse.

OAB Vai à Escola recebe alunos do Ensino Médio na Seccional

A Comissão OAB Vai à Escola recebeu, dia 6 de julho, na sede da Seccional, alunos do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Coliseu para uma conversa sobre a atuação do advogado e a história da OAB, a fim de aproximar os estudantes e esclarecer dúvidas sobre a profissão, no momento em que começam a decidir qual carreira irão seguir.

O encontro contou com palestras dos membros Eduardo Helfer, que falou sobre arbitragem; Natalia Trindade, que apresentou os principais desafios ao entrar na profissão; Ramon Teixeira, contando sobre própria atuação e de colegas frente a abusos policiais nas manifestações de 2013; e Renato Teixeira, que também é vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e explicou o que é a Operação Lava-jato.

A ideia, segundo o presidente da OAB Vai à Escola, Luan Cordeiro, foi tratar de temas que aproximassem os alunos das pautas tratadas pelos profissionais. A aluna Maria Clara Sharp, de 17 anos, que já pretendia cursar Direito na faculdade, aprovou e reforçou sua escolha: "Foi muito bom para tirar da nossa cabeça essa ideia de advogado trabalhando só em empresas. É importante saber que eles podem atuar nas ruas, que são ativos nesses processos sociais".

Foto: Lula Aparício

Estudantes esclareceram dúvidas sobre trabalho dos advogados

Foto: Bruno Marins

Daniel Assumpção Neves (dir.), que ministra o curso online

OAB/RJ e Curso Forum lançam parceria com palestra gratuita

Foi lançada, no dia 12 de julho, com uma palestra gratuita do professor Daniel Assumpção Neves, a parceria firmada entre a Seccional e o Grupo GEN/Curso Forum – que garante 50% de desconto no curso online *Novo Código de Processo Civil (CPC) para advogados*. O conteúdo do curso é ministrado por Neves, que é advogado, mestre e doutor pela USP e autor de diversas obras jurídicas. "Este é mais um evento sobre o novo CPC. A Seccional tem se esforçado para municiar a advocacia a respeito das mudanças, foi lançada uma campanha específica para isso, e desde o período de vacância no ano passado realizamos palestras e cursos sobre o tema", disse o vice-presidente da OAB/RJ, Ronaldo Cramer. O professor Neves explicou a proposta. "Pensamos em fazer um curso parecido com um livro de consulta, em que procuramos a parte que interessa no momento. Claro, assistir a todo o curso é ótimo, mas a ideia é atender principalmente às necessidades cotidianas da advocacia", afirmou.

Para mais informações, basta entrar em contato com o Atendimento ao Aluno através dos telefones (21) 2169-8856, de segunda a sexta, das 9h às 18h, do email atendimento@cursoforum.com.br, ou pelo chat do site www.cursoforumtv.com, de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h, e sábados, das 7h às 17h.

‘Estado despreza sua própria polícia’, afirma professor

Fotos: Lula Aparício

Manoel Messias Peixinho

No primeiro *Café com debate*, projeto idealizado pela Escola Superior de Advocacia (ESA) para tratar de temas relevantes à sociedade a partir de posições distintas de dois estudiosos no assunto, o advogado e professor Manoel Messias Peixinho e o juiz e presidente do III Tribunal do Júri do TJ, Alexandre Abraão, debateram a ação policial e o desafio da segurança pública. Na primeira edição, dia 1º de julho, houve consenso entre os debatedores: o modelo estrutural da polícia, como existe hoje, é precário.

Para Peixinho, o nosso conceito de segurança pública é “esquizofrênico”, se comparado aos de outros países sobre a questão, focados na inserção social: “Quando pensamos em segurança pública aqui, a ideia que vem em mente é de um conjunto de forças policiais, um aparato do Poder Judiciário, a intervenção do Ministério Público. Mas essa visão não é recepcionada pelo Direito Constitucional comparado. No Direito Constitucional estrangeiro a ideia de segurança pública abrange um conjunto de ações afirmativas do Estado, investimentos que são indispensáveis à segurança tanto interna quanto externa. São ações voltadas, por exemplo, à educação, à inserção, ao aproveitamento e investimento em imigrantes”, exemplificou.

Segundo ele, o fato de, em alguns municípios, a Guarda Municipal trabalhar armada se daria em razão da carência do exercício de poder da Polícia Militar: “A fragmentação das polícias cria, mais uma vez, uma esquizofrenia. Sou a favor da extinção desse modelo”, observou, frisando acreditar na solução pela desmilitarização e unificação das corporações”. Peixinho citou o número de policiais mortos em serviço. “Tivemos a implementação das UPPs, mas não houve qualquer tipo de investimento na capacitação dos policiais neste tempo. O Estado despreza sua própria polícia”.

O juiz Abrahão disse acreditar que o modelo de segurança pública atual está falido: “A guerra acabou e nós perdemos. Essa polícia que está aí não vai responder às nossas demandas”.

Respondendo a uma pergunta do presidente da Comissão de Processo Penal da casa, Diogo Tebet, os dois especialistas afirmaram que o modelo das UPPs começou bem, mas desandou em razão da falta de investimento do Estado.

“O projeto virou a galinha dos ovos de ouro do governo, aí começaram a colocar UPPs em tudo”, criticou Abrão. “Faltou fôlego do Estado, por trás, para bancar. As unidades não poderiam ter se expandido como se expandiram. A mão de obra do tráfico é muito farta, não pode ser menosprezada”.

O debate contou com moderação do vice-diretor da ESA, Fernando Cabral Filho, e do advogado Guilherme Gouveia.

Palestra discute aplicação do CPC em casos de recuperação judicial

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), quatro comissões temáticas da Seccional discutiram a utilização do novo Código de Processo Civil (CPC) em casos de recuperação judicial. O evento, dia 4 de julho, foi promovido pelas comissões de Mercado de Capitais, de Processo Civil, de Direito Empresarial e Especial de Recuperação Judicial.

Primeiro palestrante da noite, o juiz Luiz Roberto Ayoub, da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, destacou o desafio de interpretar a lei de recuperação judicial à luz do CPC. “O tempo é que vai nos dar uma solução mais exata. A jurisprudência, que vai ser construída a partir de agora, apontará o rumo que devemos seguir para achar a melhor solução”, afirmou.

Mas, segundo Ayoub, enquanto isso não acontece é preciso procurar entender em quais casos cabe a utilização do CPC. “O mundo acadêmico não pode estar afastado do mundo prático, porque no papel tudo cabe. Parto da premissa de que a lei vai ser aplicada sempre procurando a atender o interesse maior, que é o da recuperação”, defendeu.

Quatro comissões se reuniram para tratar do uso do novo CPC

O vice-presidente da Seccional, Ronaldo Cramer, tratou da questão dos prazos. “Esse é o tema mais abordado quando se trata de recuperação judicial e novo CPC, porque no artigo 219, ele traz a contagem deles em dias úteis. No processo de recuperação judicial os prazos também seguirão essa regra?”, questionou.

Segundo Cramer, o prazo previsto na nova lei é para o exercício de ato processual, e não se aplica em todo os casos na recuperação judicial. Ao fim das exposições, houve debate entre os palestrantes e os presidentes das comissões de Mercado de Capitais, Igor Muniz; de Processo Civil, Ricardo Loretti; de Direito Empresarial, Pedro Teixeira; e da Comissão Especial de Recuperação Judicial, Juliana Bumachar.

Encontro debate enquadramento de albergues na lei

Foto: Lula Aparício

Especialistas analisaram crescimento de hospedagem alternativa

A abrangência da Política Nacional de Turismo e o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) frente aos albergues, cama & cafés e à hospedagem pelo site americano Airbnb – que cresceram muito nos últimos anos – foram o foco do encontro realizado no dia 4 de julho pelas comissões de Turismo e de Direito Imobiliário da OAB/RJ.

Membro da Comissão de Direito Imobiliário, Andre Luiz Junqueira explicou o cenário, falando sobre a Lei 11.771/2008, que consolidou a Política Nacional de Turismo, com seus mecanismos de fomento a esse segmento. Segundo Junqueira, não se pode ter uma real noção do quanto o Brasil recebe com turismo porque boa parte dessa receita é sonegada ou gerada na informalidade.

Junqueira abordou também outra questão contida na lei: a responsabilidade dos municípios de autorizarem e licenciarem os estabelecimentos de hospedagem. "Não há uma consolidação das posturas municipais. As prefeituras têm um papel ímpar e, a meu ver, não há consciência sobre essa importância".

Presidente da Niterói Empresa de Lazer e Turismo (Neltur), José Haddad levantou a questão do Airbnb: "Em Niterói vamos buscar regularizar, pois essa é uma realidade. Não tem como brigar. O Airbnb é o Uber dos hotéis. O mundo está caminhando para cada vez menos Estado e mais sociedade".

Para o presidente da Associação de Cama e Café e Albergues do Estado do Rio (Accarj), Leo Barroso, os chamados meios alternativos de hospedagem representam um grande futuro: "A maioria dos hostels tem cerca de 50% dos seus quartos no modelo privado. Os hotéis vão começar a se adaptar. A rede Hilton, por exemplo, que é gigante, lançou um produto hostel. A Ibis também fez um quarto compartilhado em uma de suas unidades aqui no Rio de Janeiro. Isso é o atestado de sucesso de um modelo".

O evento teve a mediação do presidente da Comissão de Turismo, Hamilton Vasconcellos e as presenças do coordenador das comissões da OAB/RJ, Fábio Nogueira, e do presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio.

Casal obtém autorização para registrar filha com nome africano

Foto: Lula Aparício

A pequena Maleka e seus pais tiveram ajuda da Seccional

Uma decisão histórica do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ) em 9 de junho autorizou que os pais da pequena Makeda Foluki pudessem registrar a filha com o nome que escolheram para ela, de origem africana.

O pedido de registro havia sido negado há dois meses pelo oficial de registros de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Na justificativa oficial, ele defendia que o nome poderia expor a criança ao ridículo e destoava da brasilidade.

Segundo a mãe de Makeda, Jéssica Juliana, a escolha levou em consideração a sonoridade, para que não fosse estranha aos ouvidos brasileiros e, ainda assim, tivesse sentido para os pais. "Makeda foi uma rainha etíope, uma mulher negra forte, e esse significado era o que queríamos para nossa filha". Eles se recusaram a registrar a menina com outro nome.

A advogada Sandra Machado, membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB/RJ, acompanhou o processo. Ela comemorou a conquista, mas criticou o fato de ter sido necessária uma ação judicial. "Temos que brigar pelo nome que os pais escolheram para sua filha? O vínculo familiar não é importante? ", questionou.

Especialistas debatem maternidade e drogas

Foto: Lula Aparício

Oficina reuniu especialistas de diversas áreas

A Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) realizou, no dia 8 de julho, a oficina *Maternidade, uso abusivo de drogas e vida nas ruas*. O evento reuniu dezenas de especialistas de diversas áreas. A abordagem foi interdisciplinar, tendo foco na maternidade e na filiação, no uso de drogas na gestação e seus malefícios para a criança. "É preciso buscar a manutenção dessa criança na família de origem, desde que esta a deseje como filha. O segundo ponto importante refere-se às crianças filhas de usuárias de drogas que seguem para a adoção. Buscamos desfazer lendas urbanas sobre filhos de usuários de crack, por exemplo, uma vez que o álcool continua a ser a droga a trazer maiores malefícios ao feto", afirmou a presidente da CDCA, Silvana Moreira, ao fazer um balanço do seminário.

O evento foi organizado em parceria com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e coordenado pela Oficina de Debates sobre a Maternidade de Mulheres em Situação de Rua e/ou Usuárias de Drogas. A atividade teve ainda o apoio do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro, do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Reunião discute reforma política

No dia 10 de junho, a reforma política foi tema das palestras promovidas pela Comissão de Direito Constitucional (CDCon) da OAB/RJ. "É importante debater, no âmbito geral, alguns ganhos e retrocessos que a reforma política propiciou, além de pontos das quais ela deixou de tratar e que são de superlativa importância para vencer os impasses políticos que se colocam atualmente no cenário brasileiro", afirmou na abertura a presidente da CDCon, Vânia Aieta.

O diretor jurídico da União dos Vereadores do Brasil, Anderson Alarcon, e a professora da Universidade Federal do Paraná Eneida Desiree Salgado também participaram da organização do evento, que teve palestrantes como a assessora da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro Darc Pereira; o advogado Joelson Dias; o vice-presidente da OAB/Niterói, Luciano Alvarenga; e os membros da CDCon Glauco André Fonseca Wamburg e Renan Figueiredo.

Palestra aborda dificuldades de mães encarceradas

As dificuldades vividas por pessoas encarceradas no Brasil são muitas, em especial para mulheres e adolescentes gestantes ou que são mães. Essa foi a premissa da palestra gratuita *Maternidade no cárcere*, realizada no dia 4 de julho pela Comissão de Política Criminal e Penitenciária (CPCP) da OAB/RJ. Na ocasião, foi apresentado o relatório inicial da pesquisa *Dar à luz na sombra* – cujo objetivo é investigar as condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão.

"Essas mulheres foram privadas de liberdade, mas não de dignidade. Precisamos empoderá-las, para que elas digam 'quero aprender, quero sair daqui, quero poder falar'. O objetivo é auxiliar a Defensoria Pública nesse trabalho tão importante", afirmou Caroline Bispo, coordenadora do Grupo Mulheres Encarceradas e membro da CPCP.

A mesa foi composta ainda pelo presidente da CPCP, José Soares de Andrade; pela advogada Renata Shaw; pela defensora pública e coordenadora do Núcleo Contra a Desigualdade Racial e do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual da Defensoria Pública, Lívia Casseres; pela defensora pública do Núcleo do Sistema Penitenciário, Patrícia Carlos Magno; pela integrante da CPCP e conselheira da OAB/Barra da Tijuca Daniela Freitas; e pela escritora e advogada Aline Gostinski.

Foto: Bruno Marins

Caroline Bispo (de preto): é preciso empoderar mulheres

Fotos: Lula Aparício

Rui Calandrini, Cláudio Lins, Paulo Parente, Cláudio Lins, Costa Vieira e Natasha Bandeira

Advogados, atletas e comitê olímpico analisam propriedade intelectual

O seminário *Jogos Olímpicos e direitos intelectuais: o legado jurídico* aconteceu no dia 15 de junho na OAB/RJ, e reuniu advogados, atletas e representantes do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos para debater questões relacionadas a direitos intelectuais. O evento foi uma realização conjunta das comissões de Propriedade Industrial e Pirataria (CPIP); de Direitos Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento (Cdadie); e Especial para o Legado Olímpico (Celo) da Seccional.

"O conhecimento jurídico e a experiência em tudo o que acontece em eventos como esse são importantes. As discussões começaram durante a Copa do Mundo de 2014, e evoluíram até hoje", disse o presidente da CPIP, Paulo Parente, ao iniciar o seminário. Em seguida, o presidente da Cdadie, Cláudio Lins de Vasconcelos, explicou que a intenção também foi documentar esse momento histórico. "As Olimpíadas serão o maior evento que já aconteceu na história do Brasil. Isso é uma honra, não é qualquer um que pode sediar algo assim. Somos um país grande, estratégico, com um capital humano de muitas possibilidades", afirmou. O presidente da Celo, Rui Calandrini, lembrou que a OAB/RJ passou a integrar o esforço de especialistas em várias áreas para debater de forma sistemática o legado dos jogos. "A OAB/RJ se colocou como mediadora e representante da sociedade civil. Os jogos extrapolam o calendário de provas. Vamos contribuir para que a ideia do legado possa permanecer", completou.

Também participaram da mesa de abertura o diretor-executivo de Operações do Comitê Organizador Rio 2016, general Marco Aurélio Costa Vieira; a adida de propriedade intelectual do *United States Patent and Trademark Office* (USPTO), Laura Hammel; e a advogada sênior do Comitê Rio 2016 Natasha Bandeira de Mello.

Evento aborda importância da interpretação para o Direito

Maria Garcia: hermenêutica constitucional

A interpretação pode mudar uma realidade. Sob essa lógica se deu o workshop *Hermenêutica constitucional e análise transacional* ministrado pela professora de Direito Constitucional, Direito Educacional e Biodireito Constitucional Maria Garcia, em evento promovido na OAB/RJ, em 8 de julho, com organização da Comissão de Direito Constitucional (CDCON).

Citando diversos estudos, Garcia observou que o autoconhecimento e as técnicas para se chegar a ele seriam um caminho adequado para um profissional saber se distanciar pessoalmente para interpretar ou decidir num processo judicial, de forma a não se deixar levar pela subjetividade emocional.

Ao tratar da hermenêutica constitucional, a professora destacou também a importância de se considerar o texto da Carta Magna como um todo, ao se observar qualquer disposição. "Ao se usar um dispositivo, não se pode desconsiderar os outros para que não exploda o sistema constitucional", argumentou.

Foto: Lula Aparício

Palestrantes discutiram avanços no respeito aos direitos da população LGBTI

OAB/RJ sedia congresso sobre Direito Homoafetivo

Entre os dias 29 de junho e 1 de julho, a OAB/RJ sediou o I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (Abrafh). O encontro abordou diversos assuntos que impactam diretamente os grupos familiares homoafetivos. O primeiro painel tratou da circulação de pessoas e direitos fundamentais e abordou a dificuldade que os LGBTI têm para que seus direitos sejam respeitados em diferentes países, o que os leva, algumas vezes, a pedirem refúgio internacional.

A presidente da Comissão Nacional de Direito Homoafetivo do Ibdfam, Patrícia Gorisch, falou sobre a questão dos refugiados LGBTI. Segundo ela, o Brasil já acolhe 26 pessoas nessa condição e os pedidos continuam. Segundo Patrícia, o medo que leva à fuga dos países de origem é um fator complicador para a solicitação. "Aqueles que vêm de países que criminalizam a homossexualidade têm um medo tão grande de que o país em que buscam refúgio também seja homofóbico que não assumem sua condição em um primeiro momento".

O professor de Direito Internacional Privado da UFRJ Marcos Vinicius Torres analisou avanços em relação aos direitos das pessoas LGBTI. "A Corte Interamericana de Direitos Humanos já teve decisões interessantes, a Corte Europeia está mais avançada, Sou otimista e acredito que prosseguiremos nesse sentido", disse.

Para o vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB/RJ, Henrique Rabello, o grande questionamento é sair do mundo jurídico e, de fato, vivenciar a humanidade. "O Direito existe para impor um comportamento para reconhecer uma situação que já existe? O Direito deve reconhecer e não tentar impor um padrão à sociedade", observou.

Compliance no setor energético reúne especialistas

Foto: Bruno Marins

Letícia Andrade: gestão de risco

A Comissão de Direito Empresarial (Code) reuniu especialistas no dia 22 de junho para discutir *compliance* no setor energético, tanto em empresas públicas como na área privada. O vice-presidente da Code, Rafael Sinay, moderou o primeiro debate, que abordou o tema sob a perspectiva das empresas privadas.

A representante da Statoil, empresa norueguesa de extração de gás natural e petróleo, Leticia Andrade, abordou a importância do *compliance* e da gestão de risco. "Para as empresas que não têm um programa estruturado, no primeiro momento o investimento pode ser visto apenas como custo, principalmente na indústria de óleo e gás, que está passando por um momento difícil. Mas o custo de não estar em conformidade é muito maior. É fundamental ter um programa de *compliance*", disse.

O gerente jurídico da Petrobras, Carlos Rafael de Lima Macedo, manifestou o desejo de daqui a alguns anos a estatal não ser lembrada como alvo da Operação Lava-Jato e sim como um exemplo de um programa de integridade. Em sua palestra, ele fez uma contextualização do que é a operação e tratou da

Foto: Bruno Marins

Felipe Santa Cruz: garantia do direito de defesa é função da advocacia

Evento faz análise jurídica sobre delação premiada

Discutidas diariamente pela sociedade, a partir do noticiário sobre as grandes operações policiais que têm acontecido no país, as práticas persecutórias penais, como a delação premiada e a interceptação telefônica, foram a pauta do evento promovido pela Comissão de Processo Penal (CPP) da OAB/RJ no dia 24 de junho, em parceria com a Escolha Superior de Advocacia (ESA).

O debate analisou as práticas sob o viés jurídico, distanciado do calor do momento político. "A Ordem não traz essa discussão por ser a favor da impunidade ou da corrupção, obviamente. Mas nós, técnicos do Direito, temos a função da garantia do direito de defesa, da democracia, dos processos efetivamente justos", observou o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, na abertura.

Organizador do evento, o presidente da CPP, Diogo Tebet, frisou a importância do afastamento de "paixões político-partidárias" para uma análise técnica coerente das ações. Citando as mudanças que o Processo Penal sofreu nos últimos tempos, Tebet acrescentou: "Em tempos de mutação constitucional, temos que afirmar nossos princípios, que são imutáveis".

O encontro contou ainda com a participação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogério Schietti Cruz, do professor da UFRJ Geraldo Prado, do professor da USP Gustavo Badaró, da desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) Simone Schreiber, e dos membros da CPP Ricardo Pieri, Ricardo Sidi, Bruno Rodrigues e Rodrigo Ribeiro. Na mesa de abertura, estiveram ainda o tesoureiro e presidente da Comissão de Prerrogativas da Seccional, Luciano Bandeira, e o ministro do STF Antonio Saldanha.

importância de um programa de integridade.

O superintendente de Ética da Neoenergia, Roberto Medeiros, falou sobre o cuidado com contratações. "A prática da corrupção geralmente ocorre via terceirização. Dificilmente é o empresário quem vai com o dinheiro para dar a propina. É sempre alguém que foi contratado. Por isso a lei brasileira tomou o cuidado de colocar a questão da responsabilidade objetiva estendendo-se, inclusive, aos terceiros, porque esse é o mecanismo dominante nos processos de corrupção no Brasil", afirmou.

O segundo painel, sobre os desafios no setor público, foi moderado pelo presidente da Code, Pedro Freitas Teixeira.

Debate na Seccional questiona déficit e reforma da Previdência

A proposta de reforma da Previdência Social do governo federal é adequada para o cenário atual brasileiro? É justa em termos sociais? De acordo com os especialistas presentes ao debate promovido pela Comissão de Previdência Social da OAB/RJ no dia 20 de junho, a resposta é não.

Apesar de discordarem em diversos pontos ao desenvolverem o que seria uma reforma ideal, os professores de Direito Fabio Zambitte e Manoel Messias Peixinho, a doutora em economia Denise Gentil e o doutor em estatística Kaizô Iwakami Beltrão concordaram que, no momento, o tema precisa ser estudado mais profundamente, e apontaram pontos que consideram problemáticos na proposta de reforma, que tem, entre seus principais pontos, a fixação de idade mínima para aposentadoria.

De acordo com dados do governo, o déficit na Previdência, pelo INSS, deveria chegar a R$ 125 bilhões neste ano. Entre servidores públicos civis e militares, o rombo seria de R$ 70 bilhões. Essas informações, porém, foram contestadas pela economista Denise Gentil que, em participação por vídeo, defendeu que, na verdade, não há déficit na Previdência.

"Afirmo isso amparada nos artigos 194 e 195 da Constituição, apontando que o sistema possui um conjunto de receitas que são contribuições sociais. São receitas vinculadas a gastos específicos nos setores de saúde, de assistência social e de Previdência Social. Se olharmos a Previdência inserida no sistema de seguridade nacional, esse sistema, na verdade, é superavitário", disse ela.

Segundo Gentil, o superávit já teria atingido o número de R$ 78 bilhões em 2012, totalizando hoje cerca de R$ 20 bilhões. De acordo com a presidente da comissão, Suzani Ferraro, uma das principais preocupações com a reforma deve ser com as regras de transição. "As pessoas que estão no sistema, mas estão correndo atrás da linha do trem, prestes a se aposentar. As novas regras devem valer para elas?", questionou.

Evento explica uso da mediação na esfera pública

A utilização do método da mediação para solução de conflitos na esfera pública foi o mote do evento promovido pela Comissão de Mediação de Conflitos da OAB/RJ no dia 13 de junho. Nascida como forma alternativa de resolução de conflitos na esfera privada, a mediação vem sendo usada nos últimos anos também para acordos com órgãos públicos.

Coordenadora da comissão, Gabriela Asmar ressaltou o quanto acredita na eficiência da solução consensual com agentes públicos. "É muito importante que quem atua na área mostre que isso é possível. A prática irá nos mostrar como a mediação poderá ser útil nas questões com entes públicos".

Pesquisadora do tema, a advogada Luciane Moessa apontou os pontos polêmicos que cercam a utilização da mediação na área como os fundamentos jurídicos e as peculiaridades dos conflitos dessa natureza. Segundo ela, com fundamentação é possível utilizar até outros métodos nesses casos, como a negociação direta: "Conflitos que envolvem políticas públicas, na minha visão, somente se resolvem pelo caminho do diálogo".

Foto: Lula Aparício

Gabriela Asmar

Comissão cria programa para combate a esporotricose

Frente ao surto de esporotricose, micose provocada pelo fungo da espécie *Sporothrix schenckii* que afeta principalmente gatos, mas que pode contaminar também humanos e outros animais, a Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB/RJ realizou, no dia 28 de junho, seminário com veterinários e técnicos para esclarecer a real causa da doença e combater o abate, abandono e maus tratos de felinos a partir da associação comumente feita de que eles são os responsáveis por sua disseminação.

"Importante frisarmos que a culpa não é do gato. É do nosso poder público, que não implanta medidas preventivas nem para animais, nem para humanos, no que diz respeito a essa doença", afirmou o presidente da comissão, Reynaldo Velloso, na abertura do evento.

Foto: Lula Aparício

Evento lotou salão do IAB

Entraves da usucapião extrajudicial são debatidos em palestra

Promovida pela Comissão de Direito Imobiliário (CDI) da OAB/RJ, em parceria com a Associação dos Advogados do Mercado Imobiliário (Abami) e o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), a palestra *Usucapião extrajudicial – aspectos notariais, registrais e procedimentais* reuniu advogados especializados no tema, registradores e notários, lotando o salão do IAB no dia 14 de julho.

O evento tratou da alteração na Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) resultante do novo Código de Processo Civil, que criou o procedimento de usucapião extrajudicial, ou seja, o reconhecimento da aquisição de propriedade sem a necessidade de participação do Judiciário. Essa nova possibilidade da usucapião, de acordo com a norma atualizada, deve ser requerida ao registrador do registro de imóveis seguindo uma série de requisitos.

"É aí que começa o problema", alertou o presidente da CDI, José Ricardo Lira: "Dentre esses requisitos há, por exemplo, uma planta do imóvel com a assinatura daquele que está perdendo a propriedade pela usucapião. Acontece que muitas vezes essa pessoa já está morta, não há inventário, não se acham herdeiros. São muitas, portanto, as dificuldades", observou.

Foto: Lula Aparício

O decano David Silva Júnior (esq.) deu nome ao espaço cedido

OAB/RJ cede sala para Acat na Casa do Advogado Paulo Saboya

Obrigada a sair do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (Acat) passou a funcionar em uma sala cedida pela OAB/RJ na Casa do Advogado Paulo Saboya, na Rua do Rezende.

Na inauguração do novo espaço da Acat, em 2 de junho, o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, criticou a decisão do tribunal. "É lamentável. Mas esse não é um problema da Acat. Esse é um modelo do Judiciário brasileiro, que quer se livrar da Acat, depois da Ordem, para então transformar tudo em peticionamento eletrônico. É um processo de exclusão".

Felipe também destacou a necessidade de união da classe. "A advocacia trabalhista no Rio de Janeiro tem mais de 20 mil militantes. O dinheiro usado para esse espaço da Acat é nosso. Dinheiro de advogado é um só. São as nossas entidades e nossa história é fruto delas. Seria tolo se criássemos divisões onde não há".

O presidente da Acat, André Vasserstein, destacou que a saída da associação do TRT foi consequência de uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que queria cobrar aluguel por utilização das salas das associações trabalhistas em todo o país, o que ele considerou inviável. "A Acat é uma associação de luta. Iremos continuar batalhando em defesa do Direito do Trabalho e dos advogados que militam nessa Justiça especializada", afirmou.

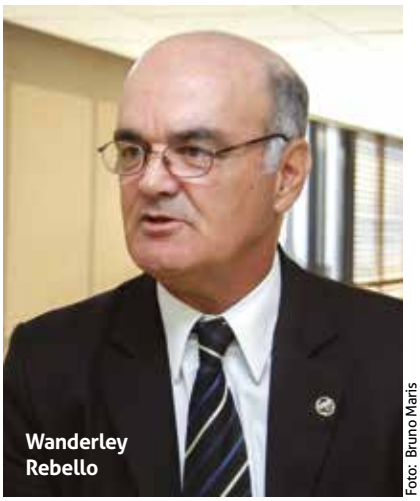
A sala leva o nome David Silva Júnior, membro mais antigo da Acat.

Comissão capacita colegas para lidar com abuso de drogas

No segundo semestre, a Comissão de Políticas sobre Drogas vai abrir uma nova turma do curso *Conselheiro em dependência química*. A primeira turma começou em junho. Com duração de um ano, o curso prepara advogados para lidar com dependentes químicos, no sentido de aconselhamento.

O presidente da comissão, Wanderley Rebello, explica que a ideia é capacitar os advogados para que se tornem orientadores e conselheiros na área de abuso de drogas. "Nós como advogados, não podemos ser terapeutas, mas podemos ser conselheiros".

Além do curso, todas as quartas-feiras, às 14h, há atendimento gratuito para colegas e familiares na Caarj. A comissão também está expandindo a atuação para as subseções. "Um curso mais curto, de um semestre, deve ser realizado na Barra da Tijuca", afirma Rebello. As subseções de Campo Grande, São Gonçalo e Barra da Tijuca já têm uma comissão temática sobre o tema e a previsão é que Araruama e Cachoeiras de Macacu criem as suas em breve.



Wanderley Rebello

Foto: Bruno Marins

Preocupada com o aumento de demissões durante a crise econômica e o consequente crescimento das demandas trabalhistas nesse cenário, a Comissão da Justiça do Trabalho (CJT) da OAB/RJ conseguiu, junto à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho, a publicação de uma recomendação aos juízes de primeiro grau para que priorizem a marcação de pautas mais urgentes, como o pagamento de verbas rescisórias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a liberação da documentação para o benefício do seguro-desemprego. A TRIBUNA perguntou aos colegas que militam na Justiça Trabalhista o que acharam da medida.

Como você avalia a recomendação para que juízes priorizem pautas específicas para casos de rescisão?

Qualquer tipo de ideia que venha trazer celeridade ao processo é extremamente importante, principalmente nessa crise que a gente está enfrentando, com o número de demissões crescendo absurdamente. Vivemos também um movimento grande e preocupante de terceirização no país, em que as empresas terceirizadas não pagam as verbas rescisórias e o empregado às vezes demora um, dois anos, para conseguir sacar o fundo dele no seguro-desemprego. Ainda temos o problema de, muitas vezes, não conseguir a tutela antecipada por não dispormos de prova da dispensa motivada.
Rafael Sampaio, advogado

É de extrema importância, até porque as verbas rescisórias são de natureza alimentar. É um bom incentivo e alguns juízes já têm consciência disso. Mas todos já deveriam dar essa prioridade, sem nem precisar da recomendação. Imagina: o empregado recebe o salário e no mês seguinte fica desempregado, sem o salário e ainda sem receber a rescisão. Aquela reserva é o que vai suprir suas necessidades no período. Que pelo menos a Justiça seja mais rápida para que ele possa levantar os recursos que são dele por direito.
Sandra Guedes, advogada

É relevante, principalmente quando a gente pensa que a Justiça do Trabalho está abarrotada e, além disso, há processos distribuídos que demoram um ano, um ano e meio. Para o trabalhador que está sem dinheiro, e para o advogado que precisa se sustentar, é uma atitude válida e que demonstra também respeito à população.
Eduardo Gonçalves Ferreira, advogado

É uma ação muito importante, principalmente por causa do trabalhador. Na rescisão, ele fica dependendo daquele dinheiro, há a expectativa por aquela verba pela família, e muitas vezes demora. O que fazer então? Por isso acho muito bom dar celeridade a esses processos.

Nilda Borges, advogada

Só acho que a maioria dos casos que tramitam na Justiça do Trabalho é mesmo de rescisão. Mas, feita essa consideração, acho bom dar agilidade a eles. Geralmente é nessa fase que o trabalhador mais necessita daquele dinheiro e é importante recebê-lo o quanto antes.

Elizabeth Terto, advogada

Muito pertinente, porque quando o trabalhador é demitido, dar urgência aos seus pagamentos é a primeira coisa a ser feita. Não apenas as ações rescisórias, mas também dos trabalhadores que pedem rescisões diretas de contrato de trabalho. Tem acontecido muito, com essa crise, de os empregadores não conseguem arcar com os salários e simplesmente não pagarem, não restando outra opção para os empregados a não ser pedirem, eles mesmos, a rescisão.

Leonardo Medeiros Tavares, advogado

Foto: Lula Aparício

Concordo em agilizar esses processos, porque é muito importante que o dinheiro chegue logo para o trabalhador. Tenho uma cliente que foi demitida há quase 20 anos e até hoje não conseguiu receber nada. O processo está tramitando esse tempo todo na Justiça do Trabalho. O Estado e o município já entraram com ação contra a empresa, bloquearam todos os seus bens, mas não liberaram para pagar os funcionários que foram mandados embora.

Dalva Delgado Moreira, advogada

De office boy a

À frente da OAB/Macaé desde o início do ano, Fabiano Paschoal tem uma trajetória que se confunde com a história da subseção, onde trabalhou por 18 anos antes de assumir a presidência

NÁDIA MENDES

A ligação de Fabiano Paschoal com a OAB/Macaé é bem anterior ao seu interesse pela advocacia e surgiu quase por acaso. Com 14 anos, ele começou a estagiar na subseção graças a um projeto do governo estadual que pretendia a inclusão de adolescentes com vulnerabilidade social no mercado de trabalho. O projeto garantia permanência no estágio por quatro anos. "Foi o meu primeiro emprego, apesar de não possuir vínculo empregatício", afirma Fabiano. O trabalho era, basicamente, o de um *office-boy*. Ele começou na Sala do Advogado no fórum da cidade e, depois, foi transferido para a sede, onde trabalhou na secretaria.

Durante os quatro anos de entregas de documentos e cópias, a advocacia não estava nos planos do garoto. Na realidade, Fabiano sonhava alto, literalmente, pois queria ser piloto de avião. Segundo ele, possivelmente inspirado pelas várias vezes a que assistiu ao filme *Top gun* durante a infância. Mas o medo de altura foi o motivo concreto que o impediu de realizar esse sonho e permitiu, por outro lado, que olhasse para o que era mais próximo e possível. O fator financeiro também foi determinante para a desistência, já que o curso para piloto era muito caro e estava além da capacidade financeira de sua família.

Fabiano estudou a vida inteira em escolas públicas, exceto durante a faculdade. Viveu grande parte da infância em diferentes bairros da periferia de Macaé e foi criado no Morro de São Jorge. Morou por um tempo em Cantagalo e em Barra de São João. Seu pai era pedreiro e a mãe, empregada doméstica. Ambos já faleceram.

E como muitas famílias nas periferias do Brasil, a de Fabiano não escapou da violência urbana e do tráfico de drogas. Dois de seus irmãos perderam a vida ainda jovens, um com 16 e outro com 24 anos, em 1997 e em 2006, respectivamente. Um deles, na mesma semana em que Fabiano prestou o Exame de Ordem. "Estava sem cabeça nenhuma para fazer a prova no dia", disse.

Descoberta da profissão

Passados os anos como estagiário, foi efetivado como funcionário da subseção, a convite do presidente na época. Já com 18 anos e o ensino médio completo, o momento de decidir o futuro se tornava inadiável. Um dia, entregando uma carta em um escritório de advocacia, perguntou a um colega se era muito difícil ser advogado. A resposta surpreendeu. "Ele apontou uma parede enorme e cheia de livros de cima a baixo e disse que para ser advogado eu deveria saber tudo aquilo de cabeça. Até hoje eu não sei se ele que-

Quando chefe da secretaria da OAB/Macaé, em 1999

Foto: Arquivo pessoal

Com a filha, Maria Carolina Paschoal, e a esposa, Fabiola Guerra, na posse da diretoria da subseção, em fevereiro de 2016

Foto: Arquivo pessoal

a presidente

ria me incentivar ou me fazer desistir", ri, ao rememorar o episódio.

O desafio motivou Fabiano, que apostou que, se havia pessoas capazes de aprender todas aquelas leis, ele também poderia. Além do desafio, as possibilidades da profissão o encantaram. Decidiu, portanto, começar a cursar Direito ao mesmo tempo em que continuava a trabalhar na subseção. Como na época não havia o curso em Macaé, ia todos os dias para Campos, enfrentando uma hora e meia de viagem. "Saía às 17h da subseção e tinha que pegar o ônibus para Campos às 17h20. Isso todos os dias, durante cinco anos", recorda-se.

Durante a faculdade, além das aulas de Direito e do trabalho na subseção, Fabiano também se engajou no movimento estudantil. Por três mandatos consecutivos, presidiu a Associação dos Estudantes Macaenses. Depois, também por três mandatos, dirigiu a União Municipal dos Estudantes. Nessa época, já estava convicto de que queria ser advogado, e a ideia de ser presidente da OAB/Macaé já passava pela cabeça. "Dizia que seria advogado e, um dia quem sabe, chegaria à presidência da subseção", lembra.

Depois de concluir o curso e ser aprovado no Exame de Ordem, permaneceu como funcionário da subseção por mais três anos, quando decidiu pedir o desligamento e se dedicar exclusivamente à advocacia. "Como trabalhava das 8h às 17h, não tinha como fazer audiências". O único período do ano em que conseguia trabalhar de forma plena era durante as férias. "Era quando eu podia ter um gostinho da profissão", brinca.

Apesar da vontade de atuar exclusivamente na advocacia, a decisão de sair de um emprego e abandonar o salário fixo não foi fácil. "Eu decidi sair porque já estava na hora de tocar minha vida". Não houve arrependimento. Hoje Fabiano advoga nas áreas cível, de família e trabalhista e tem uma pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho. "Quando atendo uma pessoa e ela conta comigo para resolver um problema, principalmente se o resultado é positivo, gera uma satisfação profissional grande. Não consigo me ver em outra carreira a não ser a advocacia".

Fabiano se define como profissionalmente realizado. "As justas reivindicações dos trabalhadores que lutam pela garantia dos seus direitos, as questões morais e afetivas da área de Família e a amplitude das questões que envolvem as lesões que se dão no dia a dia em sociedade são temas motivadores", afirma.

No total, ele ficou 18 anos trabalhando na OAB, de 1992 a 2010, incluindo o período de estágio. Nesse tempo, atuou em diversas funções, inclusive a de chefe do setor administrativo. "A maioria dos funcionários que estão na subseção atualmente trabalhou comigo naquela época".

O objetivo de Fabiano, agora, é deixar um legado para a advocacia de Macaé. No início do ano, ele conseguiu junto à prefeitura do município a cessão de um terreno para a construção da sede própria da subseção. "É um sonho não só meu, mas de todos os colegas", afirmou, ressaltando que os entendimentos com a Seccional para a realização da obra já estão adiantados. "Vamos entregar instalações à altura de Macaé até o fim da minha gestão, em 2018", promete.

OAB/RJ celebra 50

Para comemorar os 50 anos de criação das 13 primeiras subseções, que foram completados em 5 de julho e deram início ao processo de interiorização da OAB/RJ, a diretoria da Seccional visitará cada uma delas até o fim de agosto. Já foram realizados eventos nas subseções de São Gonçalo, Campos, Miracema e Itaperuna. Em todas as localidades, os ex-presidentes locais foram homenageados com placas comemorativas e os colegas com mais de 50 anos de profissão receberam a Medalha Sobral Pinto. Nas próximas páginas, a TRIBUNA traz relatos sobre as celebrações. As matérias podem ser lidas na íntegra no Portal da OAB/RJ, em painel criado exclusivamente para tratar das comemorações.

Acesse aqui o painel sobre os 50 anos das subseções

(http://goo.gl/JgPeXq)

Subseção de Itaperuna festeja com presença de seu 1º presidente

Foto: Lula Aparício

Presença de Piredda foi o ponto alto da comemoração em Itaperuna

A presença de Josias Teixeira Piredda, primeiro presidente da OAB/Itaperuna – que cumpriu mandatos entre 1966 e 1975 – foi o ponto alto da comemoração dos 50 anos da subseção. Piredda chegou ao evento após o início dos discursos e foi ovacionado pelos presentes. "Muito obrigado, estou emocionado. Espero que todos vocês, que hoje comandam a OAB, possam continuar ajudando a colocar ordem em tudo o que diz respeito à Justiça em nosso país", afirmou o advogado.

Assim como tem acontecido nas demais subseções que completaram 50 anos em 2016, o atual presidente da OAB/Itaperuna, Zilmar Júnior, agradeceu a todos os funcionários e dirigentes que já passaram pela unidade. "É preciso reconhecer o esforço de todos os que me antecederam. Começamos, hoje, a escrever a história do próximo meio século", disse.

O presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, destacou a importância que os advogados do interior têm na atual estrutura da Ordem. Como exemplo, citou Carlos André Pedrazzi, ex-presidente da OAB/Nova Friburgo e atual diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS). "Ele representa uma das ideias centrais de minha gestão: quem comanda as subseções são as próprias subseções", explicou. Pedrazzi reafirmou as vantagens de já ter liderado uma unidade da Ordem no interior e destacou a importância do papel institucional da entidade.

O diretor do Centro de Documentação e Pesquisa da OAB/RJ, Aderson Bussinger, contextualizou o momento de criação das primeiras subseções. "Tudo aconteceu em plena ditadura. Na época, qualquer reunião era mal vista. Fico imaginando o quanto era pior no interior do estado".

Indo ao encontro do discurso de Aderson, o tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, elogiou a postura da Ordem nos momentos mais críticos da história do Brasil. "Tivemos papel fundamental na reconquista do Estado democrático de Direito e vamos continuar nossa caminhada. Nossa história será ainda maior", projetou.

O ex-presidente Romualdo Mendes de Freitas representou todos os ex-mandatários da subseção. Mostrando conhecimento sobre a história da OAB/Itaperuna, ele traçou um perfil de todos os dirigentes que o antecederam.

Completaram a mesa do evento o procurador-geral da OAB/RJ, Fábio Nogueira; o vice-presidente da Caarj, Fred Mendes; e o corregedor da Seccional, Romualdo Mendes de Freitas Filho.

anos de subseções

OAB/Miracema comemora e inaugura galeria de presidentes

Aproveitando o evento de celebração dos 50 anos da Subseção de Miracema, realizado em sua sede, foi inaugurada no dia 15 de julho a nova galeria de presidentes da unidade. "É uma honra ser presidente neste momento. É preciso lembrar o esforço de todos na construção de nossa história. Sou muito agradecido aos nossos ex-mandatários, e gratidão é um sentimento que não prescreve", discursou o presidente da subseção, Henry Félix.

O presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, lembrou o esforço que vem sendo feito para proporcionar boas condições aos advogados. "Todos nós trabalhamos muito. Estamos aqui para comemorar os 50 anos das subseções e para mostrar que o empenho vale a pena", considerou.

O tesoureiro da OAB/RJ, Luciano Bandeira, ressaltou que hoje não existe diferença entre as estruturas oferecidas aos advogados da capital e do interior. "Os benefícios são os mesmos, milite o colega no Centro do Rio ou aqui em Miracema. Lutamos muito para mostrar que todos têm a mesma importância", disse.

A presença de juízes do Tribunal de Justiça (TJ) na reunião zonal realizada em Miracema durante o primeiro semestre foi lembrada pelo diretor do Departamento de Apoio às Subseções, Carlos André Pedrazzi, como uma demonstração da força da advocacia local. "O colega do interior passou a ter voz ", afirmou.

Representando todos os ex-presidentes da OAB/Miracema, Ronaldo Sodré compôs a mesa do evento, assim como o presidente da OAB/Campo Grande, Mauro Pereira, e o diretor do Centro de Pesquisa e Documentação da Seccional, Aderson Bussinger.

Foto: Lula Aparício

Felipe e Henry inauguram galeria de presidentes em Miracema

Celebração em São Gonçalo é marcada por homenagens

Foto: Bruno Marins

Felipe fala para auditório lotado em São Gonçalo

Na noite de 8 de julho, a advocacia de São Gonçalo lotou o auditório da casa para celebrar o cinquentenário da 8ª Subseção. A solenidade marcou o início das comemorações nas unidades da Ordem.

"Existem momentos que são únicos e entram para a história. Esse é um deles. A história da nossa subseção passa pelas mãos dos que estão aqui presentes", lembrou o presidente da OAB/São Gonçalo, Eliano Enzo, na abertura da solenidade.

Os ex-presidentes foram os grandes homenageados da noite. Norival Correa, representado pelo filho, Edson dos Santos, e Luiz Alberto Gonçalves receberam a medalha Celso Fontenelle, pelos serviços prestados à OAB/São Gonçalo.

O presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, explicou o tributo aos colegas. "Em tempos de tanto individualismo, de valores de consumo, de valores fugazes, reafirmamos a nossa crença de que a advocacia é uma profissão de longo prazo. Muitas vezes, o grande patrimônio do advogado é o respeito dos outros colegas, conquistado ao longo de uma carreira ilibada".

Felipe falou sobre união da advocacia e a importância da Ordem para a sociedade brasileira. "Que outra entidade reúne essa quantidade de pessoas na noite de uma sexta-feira? Temos que nos abstrair das nossas paixões, das nossas diferenças, e temos que doar o nosso tempo em prol de algo maior, que é a defesa da Constituição e do Estado democrático de Direito", afirmou.

Fotos: Lula Aparício

Em Campos, Felipe inaugurou novo auditório

OAB/Campos comemora 50 anos com novo auditório e memorial

A advocacia de Campos viveu, no dia 14 de julho, uma noite de celebração da própria história. Além de comemorar os 50 anos da subseção, os colegas que participaram do evento presenciaram a inauguração do novo auditório na sede da OAB local, com capacidade para 140 pessoas, além de um memorial com fotos históricas.

"Nossa instituição é respeitada pela sociedade e tem um papel muito importante, mas hoje é momento de agradecer", afirmou o presidente da subseção, Humberto Nobre. Ele lembrou dos colegas que colaboraram com a construção da trajetória da advocacia local, especialmente Hécio Bruno, primeiro presidente eleito da OAB/Campos e que dá nome ao novo auditório. "Foi um advogado de rara inteligência e de extensa cultura jurídica", completou.

O presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, lembrou o momento de crise vivido pelo país e reafirmou a importância da unidade da classe. "É preciso ajustar as velas e seguir. Estamos buscando na OAB o reforço de nossas convicções, bandeiras e histórias. Viemos hoje aqui dar as mãos aos homens e às mulheres que construíram a Subseção de Campos".

O tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, destacou a importância da comemoração deste meio século das primeiras subseções, enquanto o diretor do Departamento de Apoio às Subseções da OAB/RJ, Carlos André Pedrazzi, considerou as melhorias na sede fundamentais para a advocacia local. "É um espaço de estudos, palestras e cursos. Aqui poderemos avançar com nossas bandeiras corporativas e institucionais".

Representando todos os ex-presidentes da subseção, Filipe Estefan falou sobre o trabalho voluntário dos dirigentes da Ordem. "Abrimos mão do convívio familiar para participar desta luta, que, embora dura, é prazerosa", disse.

Nascido no município, o conselheiro federal pelo Rio Jonas Lopes também fez parte da mesa, assim como o filho de Hécio, o conselheiro seccional Marcos Bruno, que se disse emocionado com a homenagem ao pai. "Somos sobreviventes da luta que a advocacia trava pelos direitos dos cidadãos", resumiu.

Fotos no memorial em Campos contam história da subseção

Sede da OAB/Cantagalo e sala em Bom Jardim são inauguradas

Uma comitiva da Seccional esteve na Região Serrana em 23 de junho para a reabertura da sede da OAB/Cantagalo, que foi reformada nos padrões do projeto *OAB Século 21*, e para inaugurar a nova sala do advogado em Bom Jardim.

O presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, destacou que a mudança só foi possível graças ao projeto *OAB Século 21*, que tem marcenaria própria, o que diminui o custo das reformas. "Mas todos os nossos espaços dispõem de estrutura para que os colegas trabalhem da melhor maneira", completou.

O tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, ressaltou o trabalho de interiorização dos serviços da Ordem. "O dinheiro da anuidade é revertido em serviços. Vamos continuar lutando pelos anseios de cada subseção", disse.

A nova sede tem auditório com capacidade para 20 pessoas, uma central de peticionamento eletrônico com três computadores e um escritório compartilhado.

O presidente da OAB/Cantagalo, Pedro Rogério da Silva, agradeceu a reforma e a presença maciça dos presidentes de subseção para prestigiar a inauguração.

Em Bom Jardim, reclamações sobre o fórum local

A nova sala de Bom Jardim, que faz parte da Subseção de Nova Friburgo, conta com computador e impressora. A presidente da OAB local, Mônica Bonin, destacou as condições precárias do fórum da comarca. "Na verdade, a gente queria inaugurar essa sala em um fórum decente. Se não é o pior do estado é, com certeza, um dos piores. Mas os advogados de Bom Jardim terão conforto e condições de trabalho nesta sala", garantiu.

O diretor do Departamento de Apoio às Subseções, Carlos André Pedrazzi, lembrou que a advocacia da cidade sofreu com as enchentes que assolaram a região em 2011.

Para Felipe, é inadmissível existir um fórum em condições tão precárias no estado. "Com um Judiciário tão rico não é aceitável termos um espaço assim. Precisamos de um Judiciário eficiente para a população", disse.

Foto: Lula Aparício

Auditório reformado em Cantagalo

Curtas

OAB/Iguaba Grande realiza seminário sobre a pílula do câncer

Voltado para os direitos do paciente, a Subseção de Iguaba Grande vai realizar, em 27 de agosto, um seminário sobre a fosfoetanolamina, a chamada pílula do câncer. Os três pesquisadores de São Paulo que sintetizaram a substância participarão do evento, que será realizado na quadra poliesportiva do município. Os ingressos serão 1 kg de alimento não perecível ou uma lata de leite em pó.

OAB/Niterói promove concurso literário

Até 11 de agosto, advogados e estagiários de todo o país podem se inscrever no concurso de crônica e poesia da OAB/Niterói. Os textos são de tema livre e devem ser digitalizados em papel A4. Para ler o regulamento e fazer as inscrições, os colegas devem acessar o site www.oab-niteroi.org.

Transporte gratuito em São Gonçalo e Niterói

A Seccional entregou o transporte gratuito que vai ligar a sede da OAB/São Gonçalo aos fóruns da cidade. Niterói também recebeu um novo veículo de transporte gratuito, que fará o trajeto entre a subseção e o fórum da Região Oceânica, em Pendotiba. O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, de hora em hora, das 9h30 às 18h, com intervalo entre 12h30 e 13h30. A última saída do fórum é às 18h.

PREPARE-SE PARA SER UM ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRF

As Escolas do MP lançam turmas específicas que têm como finalidade preparar os candidatos para o cargo de Analista Judiciário do TRF

TURMA ANALISTA DO TRF - TEORIA
CARGA HORÁRIA: 128H

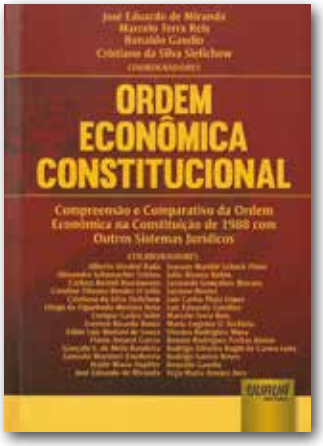
TURMA ANALISTA DO TRF - EXERCÍCIOS
CARGA HORÁRIA: 54H

TURMA ANALISTA DO TRF - TEORIA + EXERCÍCIOS
CARGA HORÁRIA: 182H

ESCOLAS ONLINE do MP

Mais informações:
AMPERJ: (21) 2242-1232 | FEMPERJ: (21) 2224-3925

www.escolasdomponline.com.br



Ordem econômica constitucional

A obra compara o tratamento da ordem econômica na Constituição Federal de 1988 com outros sistemas jurídicos. Coordenada por Ronaldo Gaudio, José Eduardo de Miranda, Marcelo Terra Reis e Cristiano da Silva Sielichow, reúne textos, em português e espanhol, de vários autores sobre o tema, versando sobre tópicos que vão do diálogo do princípio constitucional do pleno acesso à Justiça com o exercício da função administrativa de Previdência Social até as implicações sociais da globalização econômica. Da editora Juruá. Mais informações no site www.jurua.com.br ou pelo telefone (41) 4009-3900.

Mediação de conflitos

Coordenada por Luciane Moessa de Souza, a obra reúne textos de diversos autores que analisam o método de resolução consensual de conflitos, apresentando os distintos campos de aplicação da mediação e as experiências estrangeiras no tema. Em sua segunda edição, foi atualizada de acordo com o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e com a nova Lei de Mediação (Lei 13.140/2015). Da editora Essere nel Mondo. Mais informações no site www.esserenelmondo.com.br ou pelo telefone (51) 3711-3958.

Ebooks

Direito, inovação e tecnologia

A obra aborda a ligação do Direito com as inovações tecnológicas e seus reflexos no mundo moderno. Há discussões sobre o papel que o Direito desempenha ou pode desempenhar na solução de problemas sociais, em face do impacto da tecnologia e dos processos de inovação; sobre ajustes na esfera da responsabilidade civil quanto à contratação eletrônica e crimes na área da informática, entre outros temas. O trabalho foi coordenado por Ingo Wolfgang Sarlet, Gilmar Ferreira Mendes e Alexandre Zavaglia P. Coelho e publicada pela editora Saraiva. Disponível para compra na versão ebook no link http://goo.gl/5CWdyC

Ações afirmativas

Em sua 4ª edição, agora também em ebook, o livro trata das ações afirmativas, utilizadas como instrumento de combate à discriminação por meio de normas que estabelecem critérios alternativos de acesso a determinados bens, em oposição à exclusão causada às pessoas pelo seu pertencimento a grupos vulneráveis. Na obra, o autor, José Cláudio Monteiro de Brito Filho, entende essas ações como estratégias possíveis para a melhor distribuição dos recursos entre os integrantes da sociedade, baseando-se, principalmente, na teoria da igualdade de recursos de Ronald Dworkin. Da editora LTr. Mais informações e vendas no link http://goo.gl/rrzclm

A aplicabilidade das parcerias público-privadas na área da saúde no Brasil

No livro, Guaracy Martins Bastos trata da Lei 11.079/04, alterada pela Lei 12766/12, que constitui o regramento jurídico das parcerias público-privadas, e sua aplicabilidade. Segundo a obra, as PPPs não resolvem a totalidade dos problemas de investimento público, mas têm provado ser uma solução inteligente no atendimento às demandas por projetos estruturantes e por serviços de qualidade em tempo de aperto fiscal. Da editora CRV. Mais informações no site www.editoracrv.com.br

Argumentação participativa

A autora Márcia Michele Garcia Duarte aborda neste livro a justiça restaurativa como forma de combate e prevenção à violência doméstica. Ela acredita na argumentação participativa, como instrumento promissor para esclarecimentos quanto ao conflito. Para a autora, a justiça restaurativa dá nova feição ao Direito, pois nela o foco para a efetivação do sistema especial de tutela da violência doméstica são os envolvidos. Da editora CRV. Mais informações no site www.editoracrv.com.br.

O bem comum na perspectiva previdenciária

Vendo a Previdência como um instrumento pela dignidade da pessoa humana – com a função de gerar retornos positivos à sociedade na garantia de direitos sociais como a educação e a proteção do menor –, Alex Pimenta conjuga esses princípios com o arcabouço legal, doutrinário e jurisprudencial de benefícios. Da editora Appris. Mais informações no site www.editoraappris.com.br ou pelo telefone (41) 3156-4731.

Maria Berenice Dias*

O harém de Kadafi

Tenho enorme dificuldade em dispender tempo em leitura de entretenimento. Assim, adoro histórias reais que remetem a outras culturas e a distintos costumes e crenças.

Ao ler *O harém de Kadafi*, da jornalista francesa Annick Cojen, que relata fatos que vivenciou e lhe foram narrados pelas próprias vítimas, várias vezes me surpreendi questionando: será que tudo isso aconteceu – e o pior, ainda acontece – de verdade?

E talvez o mais chocante tenha sido perceber que o ditador líbio contou, durante anos, com a conivência do mundo. A subserviência ao poder torna as pessoas cegas. O dinheiro subtrai a capacidade de reagir. Elas se deixam deslumbrar com facilidade.

A imposição de rígidos princípios alegadamente religiosos cria padrões de comportamento distorcidos. O medo substitui a razão e autoriza ações reativas afastadas de todo e qualquer sentido de solidariedade e tolerância.

É preciso tomar consciência da responsabilidade de cada um em não permitir que o conservadorismo fundamentalista se alastre, como vem ocorrendo com enorme desenvoltura.

É preciso conhecer a realidade da vida para tomar consciência de que o imobilismo é a forma mais perversa de desrespeitar a dignidade do outro.

**Advogada, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família*

Foto: Vicente de Mello

MAM organiza exposição com grandes destaques de seu acervo

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro inaugura, dia 30 de julho, a exposição *Em polvorosa – Um panorama das coleções do MAM Rio*, com destaques de seu acervo organizados por todo o segundo andar do espaço, incluído o salão monumental, ocupando uma área de quase 2.500 metros quadrados.

A mostra é um amplo panorama da produção artística desde o fim do Século 19 até os dias de hoje, construído a partir da articulação de obras de três coleções que compõem o acervo de artes visuais da instituição: a Coleção MAM, a Coleção Gilberto Chateaubriand e a Coleção Joaquim Paiva (dedicada à fotografia).

Entre os destaques internacionais serão exibidas obras de Brancusi, Pollock, Robert Motherwell, Giacometti, Jean Arp, Lucio Fontana, Henri Moore, Rodin, Calder, Joseph Albers, Barry Flanagan, Keith Haring, Vitto Acconti, além de uma fotografia de Dom Pedro II morto, feita por Félix Nadar em 1891.

Outro ponto alto da exposição é a montagem de importantes instalações de artistas brasileiros que serão vistas em conjunto pela primeira vez. Entre elas estão: *Poeta/Pornógrafo* - 1973 *(foto)* , de Antonio Dias; *Cerimônia em três tempos* (1973), de Ivens Machado; *Ping-ping, a construção do abismo no piscar dos cegos* (1980), de Waltercio Caldas; *Marulho* (1991), de Cildo Meireles; *Fantasma* (1994), de Antonio Manuel, e *Motim II* (1998), de José Damasceno. Dentre os brasileiros, há obras de Artur Barrio, Regina Silveira, Willys de Castro, Hércules Barsotti e Hélio Oiticica.

A exposição fica em cartaz até 6 de novembro, de terça a sexta-feira, das 12h às 18h, e aos sábados, domingos e feriados, das 11h às 18h. Advogados têm 30% de desconto na programação do MAM. O museu fica na Av. Infante Dom Henrique, 85 - Parque do Flamengo. Mais informações pelo telefone (21) 3883-5600 ou no site www.mamrio.org.br.

Programa *Música no museu* traz concertos gratuitos ao Centro

Ótima opção para os advogados que militam no Centro do Rio, o projeto *Música no museu* traz, em agosto, concertos gratuitos na hora do almoço, à tarde e à noite, durante a semana, nos prédios clássicos da cidade.

Entre as opções do mês, há apresentação do *Conjunto de violoncelos e contrabaixos da Ação Social pela Música* no dia 11 de agosto, quinta-feira, às 12h30, no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa (Alerj), na Rua 1º de março.

Também no horário de almoço, 12h30, o Centro Cultural Banco do Brasil receberá concertos às quartas-feiras. No dia 17 de agosto o show será do pianista Ricardo Mac Cord, tocando clássicos internacionais. Já no dia 24 será a vez do trio Gabriel Ferraz, Juan Varela e Maria Luisa Lundberg, de trompetes e piano. O endereço é Rua 1º de Março, 66, 4º andar, sala 26.

O Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF) terá uma apresentação no fim do dia, às 18h, do dia 18 de agosto, com Marcelo Saldanha apresentando clássicos brasileiros no violão. No dia 19 a edição será às 15h, com show dos Cordinhas do Uerê.

A alma do atleta

Enquanto os atletas que disputarão os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro estiverem sendo observados por pessoas de todo o mundo praticando suas modalidades, o Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF) apresentará ao público uma visão mais intimista e humana desses esportistas em uma série de fotos produzidas por Gustavo Malheiros.

Com curadoria de Milton Guran, a exposição *Atletas de corpo e alma* combina, em cerca de 60 imagens, os atletas em ação nos seus esportes com retratos produzidos de modo mais pessoal pelo fotógrafo. A mostra é gratuita e fica aberta ao público de terça a domingo, das 12h às 19h, nas galerias do 2º andar.

O CCJF é na Avenida Rio Branco, 241 – Centro. Mais informações pelo telefone (21) 3261-2550 ou no site www.ccjf.trf2.jus.br.

Flavio Canto, ex-judoca e medalhista olímpico

DICA DO MÊS

Dois romances que mostram o vigor da literatura brasileira

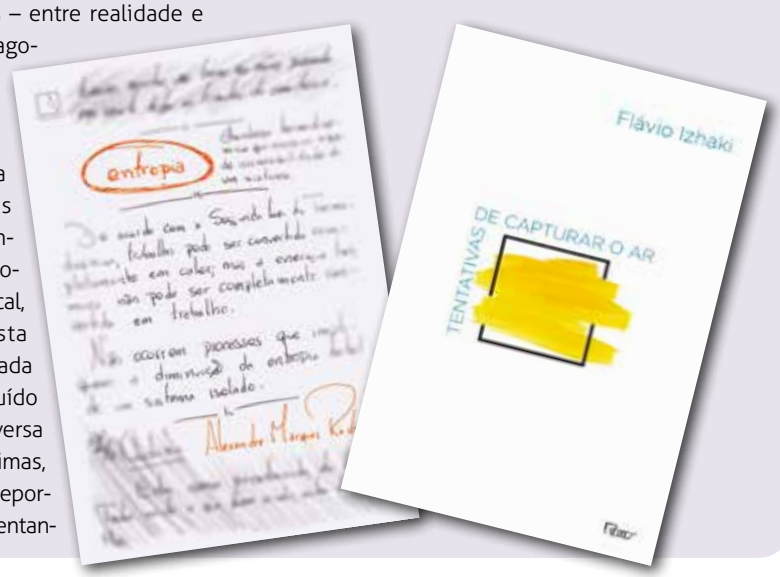
MARCELO MOUTINHO

Uma das marcas da nova geração de escritores brasileiros é, paradoxalmente, a falta de uma marca. De um peculiar traço estético que a distinga, para além do corte temporal, como "geração". Ao contrário do que possa parecer, isso é ótimo. Não só porque revela uma bem-vinda liberdade quanto à filiação a escolas literárias, mas também por evidenciar, na variedade formal e temática, o momento de grande potência de nossa produção ficcional.

Os romances *Entropia* (Record), de Alexandre Martins Rodrigues, e *Tentativas de capturar o ar* (Rocco), de Flávio Izhaki, confirmam a tese. Ao estrear na narrativa longa, Rodrigues retorna a questões já presentes em seu livro anterior, a seleta de contos *Parafilias*, que venceu o Prêmio Sesc 2014 e foi finalista do Jabuti. No enredo centrado em três tramas que correm paralelamente, e partem da história de um homem à procura do túmulo da mãe, o autor esquadrinha os limites do corpo, do sexo, do desejo. A prosa de Rodrigues não se dobra a clichês. É original, desconcertante.

Meta-literário, *Tentativas de capturar o ar* investiga as fronteiras – muitas vezes embaçadas – entre realidade e narrativa. O protagonista criado por Izhaki é um jovem acadêmico cujo projeto se expressa logo nas primeiras páginas do romance. Ele pretende biografar Antônio Rascal, célebre ficcionista que não publica nada faz 26 anos. Imbuído dessa tarefa, conversa com pessoas próximas, debruça-se sobre reportagens, resenhas, tentando reconstruir a trajetória do autor no afã de encontrar uma resposta para o autoimposto exílio literário.

Em seu terceiro livro, Izhaki opta por uma estrutura fragmentária. O enredo é costurado por entrevistas, matérias de jornal e cartas com as quais o biógrafo vai se deparar ao longo da pesquisa. E que, não raramente, apontam caminhos insuspeitos, novas lacunas. Um ciclo que nunca se fecha. Talvez porque a vida, como o ar, seja mesmo incapturável.



CLASSITRIBUNA

LOCAÇÃO OU VENDA SALA COMERCIAL

OPORTUNIDADE ÚNICA! Excelente localização. Prédio na Rua Santa Luzia, ao lado do Consulado dos EUA. Grupo impecável, em fino acabamento. Projeto arquitetônico personalizado para escritório de advocacia, composto de: recepção, com 12 amplas salas, 5 banheiros, ampla sala de reunião, biblioteca, sala para arquivo, copa e cozinha, com aparelhos de ar-condicionado. Área de 320m² (aproximadamente). **Visitas tratar (21) 2532-4523.** CRECI/RJ 1.758.

ANDARES CORRIDOS COMERCIAIS PARA LOCAÇÃO

ANDAR ALTO NO PRESTIGIADO EDIFÍCIO MANHATTAN, CENTRO/RJ

212m² e 311m², em ótimo estado, salas juntas ou separadas, sendo uma das salas com divisórias, dois banheiros, copa e ar condicionado central.

Informações: (21) 4063-9358/99579-2671

ASSESSORIA & CONSULTORIA

Com base no novo CPC - Direito Imobiliário - Cível - Família - Sucessão - Comercial - Trabalhista - DETRAN - Defesa Administrativa e Jurídica - Multa de Trânsito - Lei Seca - Liberação de CNH - Pontos Perdidos - Revisão de Aposentadoria

Dra. Nancy de Araujo (OAB/RJ nº 21.741) shanadu@uol.com.br **(21) 2273-5927 / 99912-3878**

Dr. Heyder Cruz (OAB/RJ nº 125.417) heydercruz@gmail.com **(21) 2593-8084**

LEILOEIRO EDGAR CARVALHO JR 33 ANOS NA LEILOARIA

ADVOGADO ENCONTRE SEU LEILOEIRO

Site com 2 milhões de acessos. Prepara, acompanha e realiza seu leilão.

Telefone: (21) 2240-7858

Av. Treze de Maio, 47 / 912 Centro, Rio de Janeiro

edgarcarvalholeiloeiro.com.br

CÁLCULOS JUDICIAIS

Elaboramos Cálculos Trabalhistas - Sistema Financeiro da Habitação - Cheque Especial Empréstimos - Cartão de Crédito Prestação de Contas - Leasing e CDC de Automóveis. Trabalhamos via Online (PJE). Rua Senador Dantas, 117 - sala 1929 - Centro - Rio de Janeiro, RJ. CEP.20.031.911. **Tels.** (21) 2210-5209 - 2220-1178. **Nextel / Whatsapp:** (21) 7713-3526 - **ID:** 104*202112 **E-Mail:** pontalcalculosjudiciais@gmail.com **Site:** www.pontalcalculosjudiciais.com.br **Região dos Lagos - Tel.: (22) 98835 - 2749**

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ENGENHEIRO ELINEI WINSTON SILVA

25 anos de experiência como perito de juiz no TJRJ. Agora também a serviço dos advogados em ações envolvendo bens móveis e imóveis.

Av. Evandro Lins e Silva, 840, SL 1902, Barra da Tijuca - RJ

E-mail: elineiwinston@uol.com.br

TELEFONES: 99767-7397 (21) 2253-9183 | 2283-0833

LIVRARIA CAFÉ DO WILSINHO

ESPECIALIZADA EM LIVROS JURÍDICOS

LANÇAMENTOS
ENCOMENDAS
ENTREGAS

Rua Do Rezende, 18 Centro, Rio de Janeiro

Tel: 2242-0034

Tel / Fax: 2242-0620

livrariadowilsinho@gmail.com

ESCRITÓRIO VIRTUAL

Advogados, tenham já seu escritório no melhor endereço do Centro do Rio, a partir de R$ 160,00.

Escritórios com total infra-estrutura, atendimento telefônico com transmissão de recados, endereçamento comercial, salas de atendimento e reunião com ramal telefônico, internet, fax e impressões.

Av. Rio Branco, 181. Venha conhecer nossas instalações!

site: www.atriumoffices.com.br

Tel: (21) 2292.8488 / 2544.2666

Anuncie no Classitribuna

Atinja mais de 110 mil advogados

Pequenos anúncios agora têm espaço garantido na Tribuna do Advogado, com máximo de 50 palavras em módulos de 3 cm por 4,5 cm.

Saiba mais sobre os espaços publicitários e os planos de mídia que o veículo oferece.

Gestão de Negócios

Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Enio Santiago | (21) 9.9271-1696 | enio@gestaodenegocios.com.br

Paulo Santos | (21) 9.8256.4331 | paulosantos@gestaodenegocios.com.br

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado do Rio de Janeiro (Triênio 2016/2018)

DIRETORIA DA SECCIONAL

Presidente
Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky

Vice-presidente
Ronaldo Eduardo Cramer Veiga

Secretário-geral
Marcus Vinicius Cordeiro

Secretária adjunta
Ana Amelia Menna Barreto de Castro Ferreira

Tesoureiro
Luciano Bandeira Arantes

DIRETORIA DA CAARJ

Presidente
Marcello Augusto Lima de Oliveira

Vice-presidente
Frederico França Morgado Ferreira Mendes

Secretária-geral
Naide Marinho da Costa

Secretária-adjunta
Marisa Chaves Gaudio

Tesoureiro
Renan Aguiar

Suplentes
Adilza de Carvalho Nunes
Ana Carolina Lima da Costa
Nara da Rocha Saraiva

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Freitas de Albuquerque
Alfredo Hilário de Souza
Álvaro Sérgio Gouvêa Quintão
Antônio Ricardo Corrêa da Silva
Antônio Vanderler de Lima Junior
Armando César de Araújo Pereira Burlamaqui
Arnon Velmovitsky
Ary Litman Bergher
Berith José Citro Lourenço Marques Santana
Bernardo Pereira de Castro Moreira Garcia
Breno Melaragno Costa
Bruno Teixeira Dubeux
Carlos Alberto Menezes Direito Filho
Carlos André Rodrigues Pedrazzi
Carlos Eduardo de Campos Machado
Carlos Henrique de Carvalho
Clarissa Costa Carvalho
Daniela Galvão da Silva Rego Abduche
Daniele Gabrich Gueiros
Déa Rita Matozinhos Oliveira
Deivis Marcon Antunes
Eduardo Abreu Biondi
Eduardo Antônio Kalache
Eduardo Maneira
Eduardo Valença Freitas
Fábio Nogueira Fernandes
Fernanda Lara Tórtima
Fernando Orotavo Lopes da Silva Neto
Flávio Antônio Esteves Galdino
Flávio Villela Ahmed
Gabriel Francisco Leonardos
Geraldo Antônio Crespo Beyruth
Gilberto Fraga
Guilherme de Castro Gouvêa
Guilherme Guerra D'Arriaga Schmidt
Gustavo André Muller Brigagão
Jansens Calil Siqueira
João Augusto Basilio
João Pedro Chaves Valladares Pádua
Jonas Gondim do Espírito Santo
Jonas Oberg Ferraz
José Ricardo Pereira Lira
Juliana Hoppner Bumachar Schmidt
Juliana Vilela Oliveira
Leonardo Pietro Antonelli
Leonardo Rzezinski
Maíra Costa Fernandes
Marcela Lima Rocha Cintra Vidal
Marcelo Cury Atherino
Marcelo Dickstein
Marcelo Feijó Chalréo
Márcio Vieira Souto Costa Ferreira
Marcos Bruno
Marcos Luiz Oliveira de Souza
Maria Alicia Lima Peralta
Marta Cristina de Faria Alves
Maurício Pereira Faro
Murilo Cezar Reis Baptista
Paulo Cesar Salomão Filho
Paulo Renato Vilhena Pereira
Rachel Louise Braga Delas Leoni Lopes de Oliveira
Ranieri Mazzilli Neto
Raquel Pereira de Castro Araújo
Ricardo Loretti Henrici
Rita de Cássia Sant'Anna Cortez
Roberto Monteiro Soares
Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
Romualdo Mendes de Freitas Filho
Samantha Pelajo
Sérgio de Oliveira Carpi
Túlio Claudio Ideses
Vânia Siciliano Aieta
Wanderley Rebello de Oliveira Filho
Williams Pereira Junior
Yuri Saramago Sahione de Araújo Pugliese

CONSELHEIROS SUPLENTES

Aderson Bussinger Carvalho
Ana Beatriz Bastos Seraphim
Ana Gabriela Burlamaqui de Carvalho Vianna
Ana Paula Santoro Pires de Carvalho Almeida
Anderson Elisio Chalita de Souza
André Andrade Viz
André Porto Romero
Andréa Cristina Ventura dos Santos
Armando Silva de Souza
Beatriz Sampaio Nóvoa
Camila Freitas Ribeiro
Carla Goés Lopes Anjo
Carolina Pederneiras Lopes
Carolyne Albernard Gomes
Cláudio da Fonseca Vieira
Cláudio Goulart de Souza
Daniel Corrêa Homem de Carvalho
Daniel Duque Marques dos Reis
Denise Beck Pereira Nunes
Diogo Tebet da Cruz
Douglas Blaichman
Eduardo de Souza Gouvea
Elen Marques Souto
Estela Aranha
Fábio Luiz Ferreira
Fábio Perrone Campos Mello
Fábio Pimentel de Carvalho
Filipe Orlando Saraiva
Frederico Chalhoub e Silva
Godofredo Mendes Vianna
Igor Muniz
Jeferson de Faria Soares
João Pedro Eyler Póvoa
Joaquim Tavares de Paiva Muniz
Job Eloisio Vieira Gomes
José Ademar Arrais Rosal Filho
José Agripino da Silva Oliveira
José Pinto Soares de Andrade
José Teixeira Fernandes
Luciana André Levy
Luciano Gouvêa Vieira
Luiz Américo de Paula Chaves
Luiz André de Barros Vasserstein
Luiz Felipe Conde
Luiz Paulo Pieruccetti Marques
Mara de Fátima Hofans
Marcelo Jucá Barros
Márcia Cristina dos Santos Braz
Márcia Dinis
Maria de Fátima Ribeiro Cabo
Maria Luiza de Luna Borges Saraiva
Mariana Freitas de Souza
Mônica Alexandre Santos
Mônica Prudente Giglio
Mônica Soares Barbosa
Olavo Ferreira Leite Neto
Paula de Oliveira Marinho Alves de Menezes
Paula Heleno Vergueiro
Paulo Henrique Teles Fagundes
Paulo Parente Marques Mendes
Rafael Caetano Borges
Raphael Montenegro Hirschfeld
Regina Célia Coutinho Pereira Real
Reynaldo Soares Velloso
Rilley Alves Werneck
Roberto Ferreira de Andrade
Rodrigo Etienne Romeu Ribeiro
Rogério Carlos Pedrosa Travassos
Sandra Cristina Machado
Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna
Silvestre de Almeida Teixeira
Solange Ferreira de Moura
Sônia Maria Alves Costeira
Sônia Regina Dias Martins
Sydney Limeira Sanches
Thaisa Xavier Chaves
Valéria Teixeira Pinheiro
Vinícius Neves Bomfim
Wagner Madruga do Nascimento
Waldir Nilo Passos Filho
Wilson Fernandes Pimentel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Carlos Roberto de Siqueira Castro
Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara
Sérgio Eduardo Fisher

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES

Flávio Diz Zveiter
Jonas Lopes de Carvalho Neto
José Roberto de Albuquerque Sampaio

MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS

Waldemar Zveiter
Ellis Hermydio Figueira
Cesar Augusto Gonçalves Pereira
Nilo Batista
Sergio Zveiter
Octavio Gomes
Wadih Nemer Damous Filho

PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES

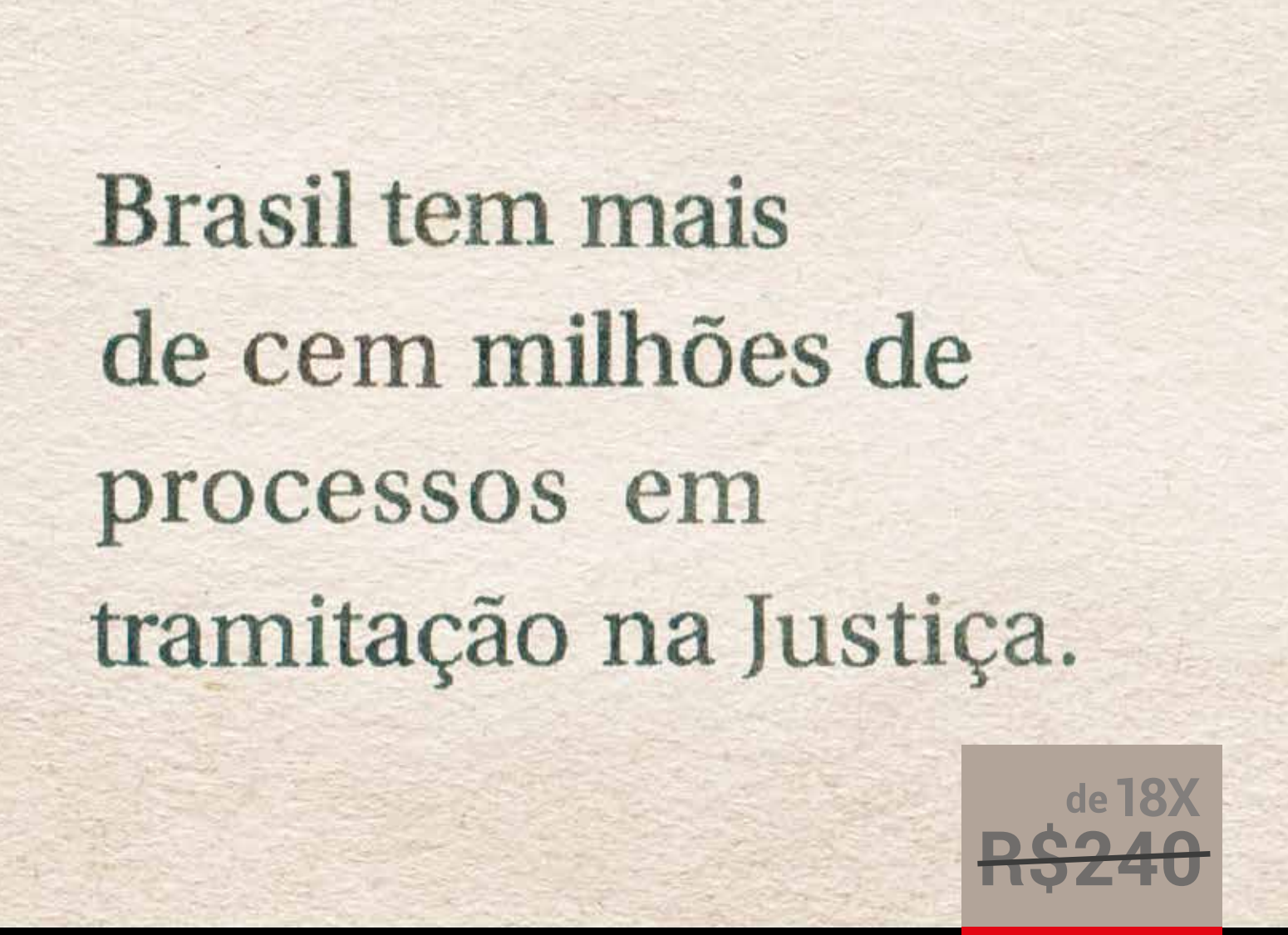
Nova Iguaçu - Jorge Jose Feitosa Rosenberg
Duque De Caxias - Vagner Sant' Ana da Cunha
Petrópolis – Marcelo Gouvea Schaefer
Barra Mansa - Noe Nascimento Garcez
Volta Redonda - Alex Martins Rodrigues
Barra Do Piraí - Christopher Almada Guimaraes Taranto
Valença - Fabio dos Anjos Souza Batista
São Gonçalo - Eliano Enzo da Silva
Nova Friburgo - Monica Thereza Bonin Leal
Miracema - Hanry Felix El-Khouri
Itaperuna - Zilmar Jose Pires Junior
Campos - Humberto Samyn Nobre Oliveira
Teresópolis - Rodrigo Ferreira da Cunha
Três Rios - Sergio de Souza
Macaé - Fabiano Lima Paschoal de Souza
Niterói - Antonio Jose Maria Barbosa da Silva
Bom Jesus do Itabapoana - Gilberto Cardoso de Matos
Resende - Samuel Moreira Carreiro
São João de Meriti - Julia Vera de Carvalho Santos
Cabo Frio - Eisenhower Dias Mariano
Angra Dos Reis - Luís Carlos Jordão Elias
Magé - Renato Silva de Siqueira
Itaguaí - Arthur Fraga Oggioni
Nilópolis - Celso Gonçalves
Itaboraí - Jocivaldo Lopes da Silva
Cantagalo - Pedro Rogerio da Silva Alves
Araruama - Rosana da Conceição Jardim Pinaud
Campo Grande - Mauro Pereira dos Santos
Santa Cruz - Paulo dos Santos Freitas
Bangu - Ronaldo Bittencourt Barros
Madureira/Jacarepaguá - Remi Martins Ribeiro
Ilha do Governador - Luiz Carlos Varanda dos Santos
São Fidélis - Rodrigo Stellet Gentil
Rio Bonito - César Gomes de Sá
Paraíba do Sul - Eduardo Langoni de Oliveira
Santo Antônio De Pádua - Adauto Furlani Soares
Maricá - Amilar Jose Dutra da Silva
Paracambi - Marcelo Hiroshi Kossuga
Paraty - Marco Antonio Costa França
Miguel Pereira - Pedro Paulo Sad Coelho
Piraí - Gustavo de Abreu Santos
Rio Claro - Adriana Aparecida Martins Moreira
Itaocara - Fernando Jose Marron da Rocha
Cordeiro - Wilson Vieitas Braga
Cambuci - Alex Correa Lopes Bitencourt
Mendes - Paulo Afonso Loyola Costa
São Pedro Da Aldeia - Júlio Cesar dos Santos Pereira
Cachoeiras de Macacu - Marcelo Araujo
Mangaratiba - Ilson de Carvalho Ribeiro
Saquarema - Miguel Saraiva de Souza
Rio das Ostras - Norma Teresa Pinto de Sá Ferreira
Belford Roxo - Abelardo Medeiros Tenorio
Queimados - José Bôfim Lourenço Alves
Méier - Humberto Cairo
Porciúncula - Fernando dos Santos Volpato
Barra Da Tijuca - Claudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho
Leopoldina - Talita Menezes do Nascimento
Seropédica - Jucimar de Almeida Silva
Pavuna - Antonio Carlos Rocha Faria
Búzios – Márcio José Teixeira de Sá
Iguaba Grande - Margoth Cardoso
Casimiro de Abreu - Naildo Borges Macabu

Silvana do Monte Moreira – presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jurista: Maria Berenice Dias
Escritor/escritora: Gabriel Garcia Márquez
Livro: *O amor nos tempos do cólera*
Lugar: Bled, Eslovênia. Esse lugar é mágico, temos a nítida impressão de que algum dragão vai sobrevoar o lago a qualquer momento
Filme: *A garota dinamarquesa*, de Tom Hooper. Esse filme me toca tanto pela leveza com que a transexualidade é tratada como pela similaridade com casos que acompanho
Time: CRB
Cantor/cantora: Israel Kamakawiwo'ole
Ator/atriz: Eddie Redmayne
Mito: Leonard Nimoy (a grande paixão da minha vida). Sou *trekker* desde minha adolescência; assisti todas as séries
Esporte: Lamentavelmente, nenhum
Hobby: viajar sempre
Prato favorito: Comida japonesa em geral
Programa de TV: *Law and order SVU*
Música: *Somewhere over the rainbow*
Fato da história: Plano Collor – 16 de março de 1990
Frase ou citação: "Tanto é criminoso tomar o filho da mãe que deseja criá-lo como mantê-lo com a mãe que o rejeita" – Lelong

Saguão do Aeroporto Santos Dumont

Foto: Bruno Marins



de 18X
~~R$240~~

por apenas
18X R$ 192

FAÇA UMA PÓS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL.
PORQUE OS BRASILEIROS PRECISAM DE VOCÊ.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
IPANEMA

SAIBA MAIS:
POSGRADUACAOONLINE.COM.BR
OU LIGUE (21) 3199-0999

POS GRADUACAO ONLINE

OABRJ
Conte com a Ordem, sempre.

OABRJ CAARJ
mais do que você imagina

Planos
a partir de
R$ **163**
(valor mensal aproximado por pessoa)[1]

Advogado:
estar do seu lado é oferecer
os melhores planos de saúde.

Só a Qualicorp oferece inúmeras opções com o melhor da medicina para você escolher uma que atenda às suas necessidades. Líder de mercado, temos parceria com a CAARJ e mais de 470 entidades de classe para negociar o melhor para você.

Opção, qualidade e credibilidade.

Bradesco Saúde | Golden Cross | SulAmérica Saúde

Deixe a Qualicorp oferecer o melhor plano para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio

Qualicorp
Sempre do seu lado.

Bradesco Saúde: ANS nº 005711
Golden Cross: ANS nº 403911
SulAmérica: ANS nº 006246

[1]R$ 162,38 - Adesão Golden Care 10 (registro na ANS nº 474.758/15-5), da Golden Cross, faixa etária até 18 anos, com acomodação coletiva (tabela de julho/2016 - RJ). A área de abrangência deste plano restringe-se a um grupo de municípios do Estado do Rio de Janeiro (Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis e Três Rios). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Junho/2016.

Qualicorp Adm. de Benefícios: ANS nº 417173